

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEONARDO KLOSOVSKI WERNER

**COMPLEXO AVÍCOLA NO SUDOESTE PARANAENSE - UMA ANALISE SOBRE O
SISTEMA INTEGRADO E O PEQUENO PRODUTOR**

CURITIBA

2017

LEONARDO KLOSOVSKI WERNER

**COMPLEXO AVÍCOLA NO SUDOESTE PARANAENSE - UMA ANALISE SOBRE O
SISTEMA INTEGRADO E O PEQUENO PRODUTOR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt.

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

LEONARDO KLOSOVSKI WERNER

COMPLEXO AVÍCOLA NO SUDOESTE PARANAENSE - UMA ANALISE SOBRE O SISTEMA INTEGRADO E O PEQUENO PRODUTOR

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt
Departamento de Economia, UFPR.

Prof. Adilson Antonio Volpi
Departamento de Economia, UFPR

Prof^a. Franciose Iatski de Lima
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 13 de Dezembro de 2017.

RESUMO

Nos últimos anos, observa-se no país, especialmente no Paraná, que a cadeia de produção de carne de frango vem sofrendo grandes modificações as quais fizeram com que houvesse uma reestruturação do processo de produção, um crescimento da produtividade e qualidade dos produtos, bem como um sortimento da extensão de seu mercado consumidor. Não aconteceu de forma diversa no Sudoeste do Paraná, pois os resultados relevantes do segmento avícola da região são respostas do ininterrupto aperfeiçoamento técnico para a cultura de frangos, como também das modificações contínuas na relação social de subordinação dos criadores às agroindústrias, asseguradas, principalmente pela introdução do sistema integrado de produção. O presente trabalho teve por objetivo fazer ponderar sobre a situação de dependência dos pequenos proprietários de terras às agroindústrias no sistema de integração. Através do sistema de integração, as avícolas têm condicionado a produção à circulação e nesse processo de submissão da mão de obra familiar segue centralizando o território.

Palavras-chave: Agroindústria; Sistema Integrado; Pequeno Proprietário.

ABSTRACT

In recent years, in the country, especially in Paraná, the chicken meat production chain has undergone major changes, which have led to a restructuring of the production process, a growth in productivity and product quality, and as an assortment of the extent of its consumer market. It did not happen in a different way in the Southwest of Paraná, because the relevant results of the poultry segment of the region are responses of the uninterrupted technical improvement for the chicken culture, as well as of the continuous changes in the social relation of subordination of the farmers to the agroindustries, introduction of the integrated production system. The objective of this study was to consider the dependence of small landowners on agroindustries in the integration system. Through the integration system, the poultry have conditioned the production to circulation and in this process of submission of family labor continues to centralize the territory.

Keywords: Agroindustry; Integrated system; Small Owner.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MESORREGIÃO SO SUDOESTE DO PARANÁ	12
FIGURA 2 - MICRORREGIÕES DO SUDOESTE DO PARANÁ	13
FIGURA 3 - COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS E EMPRESAS AVÍCOLAS NO SUDOESTE DO PARANÁ EM 2010	14
FIGURA 4 - CADEIA AGROINDUSTRIAL DE FRANGO DE CORTE	37

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO DE ACORDO COM FINALIDADE (Sudoeste do Paraná)	44
QUADRO 2 - EMPRESAS PRODUTORAS DE FRANGO NO BRASIL EM 2000 E 2010 (milhões de cabeças)	58
QUADRO 3 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE ABATEM FRANGO POR REGIÃO EM 2000 E 2010	59
QUADRO 4 - NÚMERO DE ABATEDOUROS E PRODUÇÃO POR MESORREGIÃO DO PARANÁ EM 2013	60

LISTA DE GRÁFICOS

TABELA 1 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE CARNE DE FRANGO DE CORTE (1960-2010)	49
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNES DE 1960 A 2010 (mil ton.)	50
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO DOS 10 MAIORES PAÍSES PRODUTORES DE 1964 A 2010 (mil ton.)	51
TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE CARNE DE FRANGO DOS 10 MAIORES PAÍSES CONSUMIDORES MUNDIAIS DE 1964 A 2010 (mil ton.)	52
TABELA 5 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE FRANGO DOS 10 MAIORES PAÍSES EXPORTADORES DE 1964 A 2010 (mil ton.)	53
TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE FRANGO DE 1964 A 2010 (mil ton.)	54
TABELA 7 - DESEMPENHO DAS REGIÕES NA PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO EM 2000 E 2010 (mil cabeças)	54
TABELA 8 - DESEMPENHO DOS ESTADOS NA PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO EM 2000 E 2010 (mil cabeças)	55
TABELA 9 - DESEMPENHO DOS ESTADOS EXPORTADORES DE CARNE DE FRANGO EM 2000 E 2010 (ton.)	56
TABELA 10 - EFETIVO DE FRANGOS E PINTOS NO PARANÁ EM 2000 E 2010	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal

BRFOODS - Brasil Foods S. A.

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná

SIE - Sistema de Inspeção Estadual

SIF - Sistema de Inspeção Federal

SIM - Sistema de Inspeção Municipal

SINDIAVIPAR - Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná

UBABEF - União Brasileira de Avicultura

USDA - United States Department of Agriculture

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ASPECTOS GERAIS	12
3. A PEQUENA PROPRIEDADE E AS DIMENSÕES DA ÁREA	17
4. TRABALHO SOB O CAPITALISMO	19
4.1. INTRODUÇÃO	19
4.2. MUTAÇÃO DO TRABALHO NA ÓPTICA MARXISTA	20
5. A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AVÍCOLA NO BRASIL	23
5.1. A TEMÁTICA DO CAPÍTULO	23
5.2. INFLUÊNCIAS	24
5.3. O PAPEL DO ESTADO	26
6. INTEGRAÇÃO VERTICAL	30
6.1. DEPENDÊNCIA GENÉTICA	31
6.2. MATRIZES, INCUBATÓRIOS E PRODUÇÃO DE PINTOS DE CORTE	35
6.3. VACINAS E MEDICAMENTOS	35
6.4. PRODUÇÃO DE RAÇÕES	36
6.5. CONTRATOS COM PEQUENOS PRODUTORES	38
6.6. QUALIDADE DA MATÉRIA PRIMA	38
6.7. PROCESSO FINAL DO FRANGO	39
7. A INTEGRAÇÃO AVÍCOLA NO SUDOESTE PARANAENSE	41
7.1. O PEQUENO PRODUTOR DO SUDOESTE PARANAENSE: SUA IMPORTANCIA PARA O CAPITAL	42
7.2. ACESSO AO CRÉDITO	43
8. A SADIA NO PARANÁ	45
8.1. INTEGRAÇÃO VERTICAL E CONTRATO DE PRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SADIA	46
9. PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO	48
9.1. CENÁRIO NACIONAL DO SEGMENTO DE FRANGO DE CORTE	53
9.2. A INDÚSTRIA DE ABATE E PROCESSAMENTO DE FRANGOS DE CORTE	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

1. INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XX, a produção avícola no país foi remodelada pela produtividade em escala industrial, que também veio a causar várias modificações nas relações de trabalho do homem do campo. O predomínio desse processo histórico que faz com que a produção de frango, até então de modo artesanal e familiar, passe para uma produção industrial, acaba por esconder a exploração dos trabalhadores rurais. Contudo, cria um mito acerca do êxito da contribuição da avicultura brasileira dificilmente vista na história mundial.

Com as transformações ocorridas, a partir dos anos 50, a atividade converteu-se num negócio promissor. As primeiras empresas começam a surgir utilizando frigoríficos para o abate das aves criadas em aviários, dando o "ponta-pé" inicial para a avicultura industrial. O método industrial da produção de frangos se baseou em um oligopólio de empresas multinacionais especializadas em melhoramento genético, produzindo poedeiras avós e matrizes de pintainho de um dia para a engorda, em produção de ração industrializada a base de milho e soja, em produtos veterinários que traziam sanidade e controle de doenças e na fabricação de equipamentos para melhor instalação de aviários na área rural e frigoríficos na urbana.

Os objetivos centrais do trabalho apresentado são evidenciar: como se dá a produção avícola, na óptica do produtor rural; as formas predominantes de trabalho; a relação entre produtores e agroindústria. Para tal êxito, inicia-se o trabalho fazendo um resgate histórico da transformação da chamada agricultura "tradicional", para tanto era necessário apresentar inicialmente em quais condições a região sudoeste do Paraná encontrava-se, seja econômica, demográfica e/ou social. Queria-se entender de que forma a colonização se deu e como ela se atrelava ao processo mais amplo de desenvolvimento do capital. Foi com esta perspectiva, que pode compreender que o Sudoeste do Paraná se construiu como fruto do processo de desenvolvimento capitalista que, por sua vez, levou à expropriação de parte da população rural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Continuadamente, o objetivo foi recuperar em Marx alguns conceitos centrais que auxiliassem na classificação de uma relação de trabalho especificamente capitalista. Resgata-se, portanto a especificidade do trabalho capitalista e de que forma ele pode ser considerado "produtivo" dentro de uma relação de trabalho que lhe é característica. Com este enfoque, busca-se em Marx a sua concepção do trabalho camponês, ou seja, como

poderia caracterizar a partir dos pressupostos marxistas o trabalho do camponês, bem como, a sua funcionalidade para o Capital.

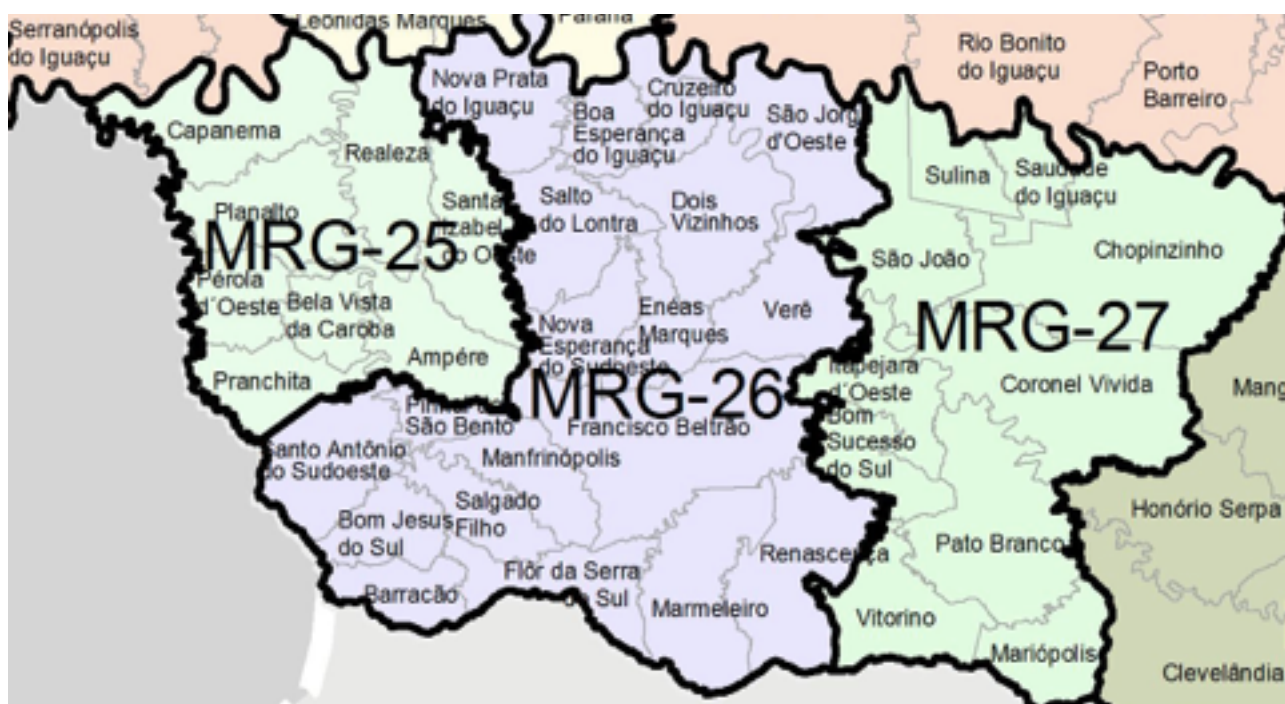
Resolvida a questão da teórica e da ocupação regional, verifica-se de que forma o processo de modernização agrícola ocorrido a partir da década de 1960, especialmente, a afetou, haja vista ser ela marcadamente de pequenas propriedades rurais. A preocupação em evidenciar os impactos do referido processo, por exemplo, na forma da produção, na própria estrutura agrária, buscava entender a especificidade com que ele ocorre na região, haja vista que, do ponto de vista geral, a pequena propriedade não comporta adequadamente o pacote tecnológico característico da Revolução Verde.

Nos capítulos seguintes foi tratado, de uma forma geral, da formação do complexo avícola no Brasil. A preocupação foi evidenciar como o seu desenvolvimento histórico se deu através da forte influência do complexo avícola já desenvolvido nos Estados Unidos. Foi ela que trouxe para o Brasil uma avicultura desenvolvida nos moldes da vigente naquele país, na qual o produtor rural assume a condição formalizada de fornecedor de matéria prima, ainda que esta não seja de fato sua propriedade.

Descrita a construção do complexo avícola nacional pareceu necessário apresentar a relação da modernização com os pequenos produtores da região sudoeste paranaense, mas especificamente como funciona o sistema de integração, utilizando como exemplo a empresa Sadia, seu desenvolvimento histórico e contrato de trabalho com os integrados.

Por fim foi demonstrado os dados respectivos a produção avícola, fazendo uma retrospectiva de informações desde os anos 60 até a década atual, a intenção era evidenciar o crescimento do setor entre as décadas, a competitividade do Brasil no cenário mundial, a participação do estado do Paraná, a divisão produtiva entre as mesorregiões paranaenses, tudo a fim de esclarecer a importância do sudoeste paranaense na capacidade de produção do setor avícola. Dessa forma, os dados obtidos servem de justificativa a todo o trabalho apresentado.

FIGURA 2 - MICRORREGIÕES DO SUDOESTE DO PARANÁ



FONTE: IBGE (2010); ELABORAÇÃO: ITCG (2010).

A região sudoeste é praticamente formada por gaúchos e catarinenses, descendentes de colonos alemães e italianos, que desde o fim do século XIX se instalaram no Rio Grande do Sul. Com o interesse do Uruguai e Argentina por essa área, houve grande preocupação por parte do governo em proteger a fronteira oeste. Dessa forma, nos anos 40, o governo federal incentivou a migração de gaúchos e catarinenses a região.

Porém é preciso que se fale que não só gaúchos e catarinenses fizeram parte desse processo. Os caboclos vindos dos campos de Palmas é que foram os pioneiros na região, excetuando-se, logicamente os índios, conforme destaca Wachovicz (1987).

A região em questão se qualifica por ser ainda muito recente, pois a sua ocupação deu-se somente a partir dos anos 40 e as terras foram legalizadas quase total apenas duas décadas depois. Dessa forma o incremento da base econômico-produtiva tem seu início em 1960, e a partir dessa data voltou-se de forma preponderante sobre as atividades agropecuárias. Por isso a presença de cooperativas e empresas agroindustriais, principalmente as processadoras de alimentos que se utilizam de matéria-prima fornecida pela agricultura da região, como exemplo, a avicultura. O Paraná e Santa Catarina têm há vários anos intercalado o primeiro lugar na produção brasileira de aves, segundo dados do IBGE, sendo que o Sudoeste é um personagem de destaque pois

Ainda de acordo com SANTOS (2008): "A fim de entender os motivos pelos quais o Sudoeste paranaense tornou-se destaque na cultura avícola é necessário o entendimento de como se deu a sua colonização. Foi em função dela que se moldaram os contornos da estrutura fundiária atual, a pequena propriedade, pautada na chamada agricultura familiar. No entanto, é preciso assimilar que embora dada essa caracterização, a estrutura fundiária não se encontra desligada da dinâmica da economia a nível mundial. Ao contrário, está amarrada a ela, e em sua função passa por mudanças". Com esse entendimento, passa-se a verificar como se dá a ocupação do Sudoeste paranaense e sua ligação com o desenvolvimento do capitalismo em esfera nacional. Em seguida, estudará a estrutura fundiária no sudoeste a partir dos anos 60 e as mudanças pelas quais tal estrutura vem sofrendo nos anos recentes.

Embora o objetivo deste trabalho não seja descrever o processo de ocupação do sudoeste, é necessário que se faça uma breve recapitulação do assunto. A ocupação da região em questão passa a ser considerada para fins oficiais e recebe a categoria de região povoada a partir dos anos 40, em decorrência dos objetivos pelos quais ela se realiza, seja por parte do governo federal que busca promover a ocupação, seja por parte de quem dela precisa, os trabalhadores.

Vários estudos a respeito do tema mostram que a migração para a região sudoeste paranaense por gaúchos e catarinenses se deu devido ao aumento da população de trabalhadores italianos e alemães que estava ocasionando escassez de terras para agricultura nos dois estados do sul do país.

De acordo com MARTINS (1973), em busca de sobrevivência, principalmente entre a metade da década de 40 e a de 50, a população que ficou sem trabalho na área rural evadiu-se para as cidades. Entretanto, esse aumento da busca por trabalho nos centros urbanos encontrou as indústrias gaúcha e catarinense numa situação bem difícil ocasionada pelo desenvolvimento capitalista na esfera nacional. Soma-se ao fato mencionado, que "o processo de industrialização e urbanização se acentuou no Rio Grande do Sul, após a década de 30, e a procura de terras com fins produtivos ou especulativos devem ter provocado o aumento do preço da terra". Com a redução da renda do trabalhador rural e da dificuldade em ampliar suas terras a fim de obter mais recursos, que a chegada para a "terra nova" do Paraná possibilitou que essa população se procriasse socialmente.

O deslocamento que essa população faz do Rio Grande do Sul para o sudoeste do Paraná acontece ao mesmo tempo de forma complementar e contrária. De um lado, a evolução capitalista no estado gaúcho contribui para uma maior utilização da terra sob a

forma capitalista e da submissão do homem do campo ao capital, o que vem a instigar a migração. De outro lado, é justamente a pouca utilização capitalista da terra no Paraná que abre uma possibilidade de que eles se reorganizem socialmente.

Conhecendo-se os fatores estimuladores da migração para o sudoeste paranaense, é necessário descrever em quais condições ocorreu a transição física. Os migrantes quando aqui chegaram conseguiram comprar faixas de terras maiores do que as que eles possuíam no estado de origem, pois o valor das terras no Rio Grande do Sul era superior ao valor das propriedades da “terra nova”.

Em se tratando do deslocamento, sem as condições mínimas de uma estrutura das estradas ou até mesmo a ausência delas na região sudoeste, assim como os meios de comunicação, antecipadamente já é possível perceber as dificuldades pelas quais os migrantes vieram a enfrentar, principalmente aqueles cuja chegada tenha ocorrido até o início dos anos 60.

Como já citado anteriormente, no que diz respeito aos recursos financeiros, quase que sempre as despesas com o transporte eram custeadas pelos recursos obtidos da venda de terras que possuíam no sul do país. Ainda segundo VEIGA e ALIEVI (2012), quanto à aquisição da terra, os migrantes a obtinham de duas formas, ou o colono comprava o direito à terra diretamente do habitante nativo, o caboclo, ou obtinha gratuitamente do órgão federal - CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Osório - empresa pública federal responsável pela colonização da região. Importante ressaltar que todo esse esforço para povoar a região, que, de certa forma, trouxe o Rio Grande do Sul para o Paraná foi chamada de “Marcha para o Oeste”.

Do que foi apresentado até aqui, conclui-se que: o viajante gaúcho que migra para o Sudoeste paranaense, dá seguimento ao processo de espoliação social da mesma forma que seus antecedentes europeus que imigraram para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em ambas as situações, se deslocando para outra região buscavam recuperar a situação que lhes fora tirada, ou seja, sua condição fundamental de produção: a terra. Dessa forma, dentro desse raciocínio que traz por herança histórica a expropriação, que se organizaram os pequenos produtores do Sudoeste do Paraná. Por meio do método cumulativo de capital que eles experimentam processos que modificam ou não a sua condição de produção, que os mantém ou não na terra adquirida.

3. A PEQUENA PROPRIEDADE E AS DIMENSÕES DA ÁREA

É muito comum, nas discussões sobre a questão agrária, o termo pequena propriedade. Entretanto, nem todas as vezes o termo é focado de forma clara nos estudos que o discutem como objeto central, ou nos que apenas o mencionam. Nitidamente, defendemos a necessidade de se ter de forma aberta o fato de que tal termo pode incorporar organizações agropecuárias totalmente diferentes em se tratando de tamanho e de relações de produção e de trabalho nelas vigentes. Portanto, é de fundamental importância a qualquer estudo que trate de pequena propriedade, que se definam as suas características.

A caracterização da pequena, da média e da grande propriedade no Brasil está normalizada pela Lei número 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. Tal lei veio regulamentar os dispositivos constitucionais relacionados à Reforma Agrária, citada e prevista na Constituição de 1988. A lei normatiza que: a pequena propriedade somaria até 04 módulos fiscais, a média teria um formato superior a 04 e inferior a 15 e, a grande, seria obrigatoriamente superior a 15 módulos. Esta seria uma regulamentação apta de uso nos mais variados estudos e seria um dispositivo efetivo pertinente à técnica de comparação entre as mais diversas regiões do país, se, todas as regiões tivessem quantitativamente áreas do mesmo tamanho, o que não condiz com a realidade.

Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado para cada município levando-se em conta o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada e o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares.

A fim de esclarecer melhor, a definição de módulos fiscais da pequena, média e grande propriedade é única em todo o país. No entanto, o tamanho dos módulos fiscais variam de região para região, de estado para estado e até mesmo de município para município. Levando em conta, a dificuldade em fazer um comparativo entre um estabelecimento agropecuário cuja área é inferior a 20 hectares e outro com área inferior a 440 hectares, encaixando-os na mesma qualificação, é inevitável que tenhamos que utilizar um padrão mais semelhante no que se refere ao tamanho da área.

Nesse estudo, o parâmetro utilizado para definição não apenas de pequena, mas média e grande propriedade, será a classificação estatística usada pelo INCRA - Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que define como pequenas, médias e grande propriedades, os estabelecimentos agropecuários cuja área corresponda à seguinte estrutura: pequena propriedade, com área inferior a 200 ha; de 200 ha a menos de 2000 ha, média propriedade e superior a 2000 ha, como grande propriedade.

Estudando o sudoeste do Paraná, verifica-se que as propriedades com área superior a 500 ha correspondem a 6,53% da área total utilizada. Ao mesmo tempo, as propriedades com áreas inferiores a 200 ha, equivalem a 82,95%, conforme o Censo Agropecuário de 1995/96. No intuito de evidenciar ainda melhor a prevalência da pequena propriedade em relação à média e à grande, no mesmo censo, ficou evidenciado que apenas dez produtores possuíam estabelecimentos com áreas entre 1000 a 2000 ha e somente dois possuíam estabelecimentos com áreas entre 2000 e 5000 ha.

Aplicando-se a classificação do INCRA, particularmente na região sudoeste paranaense, de um total de 47.277 estabelecimentos, somente dois enquadrariam-se na condição de grande propriedade e dez de média. Uma vez conhecida a situação regional, faz-se necessária uma classificação individual, que não virá a acarretar o seu impedimento no enquadramento e comparação com outras regiões do país, de acordo com as especificações do INCRA. Dessa forma, será utilizada a seguinte classificação em relação ao tamanho da área: pequena propriedade, inferior a 50 ha; média propriedade, de 50 a menos de 200 ha e grande propriedade, superior a 200 ha.

Quanto às relações de trabalho, especificamente no sudoeste paranaense, a pequena propriedade é aqui tratada como aquela onde há o predomínio da mão de obra familiar, tanto quando é considerada anualmente, como nos censos agropecuários, quando a demanda de trabalho é maior em épocas peculiares do ano. Trabalhará com os dados resultantes do último censo agropecuário de 2006, em relação à especificação de mão de obra, se familiar ou não. Assim sendo, fica então reconhecida a pequena propriedade a ser apreciada neste trabalho, tanto no que tange ao enfoque da área, como no que se refere às relações de trabalho.

4. TRABALHO SOB O CAPITALISMO

4.1. INTRODUÇÃO

Em toda a sua obra Marx explicita que a produção material ocorre permeada pelo caráter histórico. Fiel a esta concepção ele se propõe a apreender o funcionamento do modo de produção capitalista, e para tanto, ele parte da mercadoria, “forma elementar da riqueza”, por meio da qual aparece a produção material nesta sociedade. E é desta forma, considerando o capitalismo como a síntese de um processo histórico, que precisa ser compreendido, que ele, por meio de um processo de abstração, procura ver o que está oculto na forma de ser da mercadoria.

Através de sua análise se evidencia de forma particular, além da duplicidade da mercadoria (valor de uso e valor), a do trabalho (trabalho concreto e trabalho abstrato), a da riqueza (material e em termos de valor) e a do processo de produção (processo de trabalho e processo de valorização), enfim, a duplicidade pela qual aparecem as categorias econômicas sob o modo capitalista de produção. Essa duplicidade implica, por sua vez, em que elas se manifestem sob forma específica. No entanto, há que se ressaltar, a especificidade que passam a apresentar não exclui a sua generalidade, ou seja, aquilo que lhes é comum e que permite pensar outros períodos históricos ou as formas assumidas pela reprodução social. É, no entanto, a sua especificidade que permite identificar o que as distingue em cada um dos períodos históricos.

Assim, no livro O "Capital", dedicado a tratar do processo de trabalho (processo de produzir valores de uso) e do processo de produzir mais valia (processo de valorização), o aspecto geral e o particular das categorias sob o capitalismo se explicitam a partir da distinção que ele faz entre um e outro. O mesmo ocorre quando ele faz a caracterização do trabalho que produz valor de uso e do que produz valor e ainda, da mercadoria como unidade de valor de uso e de valor. Em relação ao processo de produção ele então particulariza que,

[...] quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX. K. O Capital: crítica da economia política. 1985, p. 222, L.I, VOL.I).

E generaliza, ao mencionar que: “[...] a produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada.” Dessa forma, transparece no texto a sua preocupação em fazer entender que o processo de produção da vida material possui um desenvolvimento histórico e como tal, apresenta configurações diversas, quais sejam: processo de produção de valor de uso, ou simplesmente processo de trabalho; processo de produção de mercadoria, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor; ou ainda, processo capitalista de produção, unidade do processo de trabalho e do processo de valorização. No mesmo texto, fica evidenciado que a estas configurações estão atreladas formas de ser específicas do trabalho, intermediadas, por sua vez, por relações sociais de produção que as acomodam e que também são particulares, portanto, transitórias.

Feitas tais considerações, cabe agora tomar o que é o objeto neste capítulo, qual seja, a categoria trabalho e, mais especificamente, sua possível mutação no meio capitalista. É com este intuito que debruça-se sobre os estudos empreendidos por Marx a respeito.

4.2. MUTAÇÃO DO TRABALHO NA ÓPTICA MARXISTA

Marx organiza seus pensamentos sobre o assunto em torno da distinção entre a subsunção “formal e real do trabalho ao capital”. A “subsunção formal” é suficiente para a produção de mais-valor absoluta e surge assim que os trabalhadores são impelidos a vender sua força de trabalho para sobreviver. O processo de trabalho prossegue como antes, com exceção da introdução de “uma relação econômica de supremacia e subordinação”, que surge porque os capitalistas “naturalmente” dirigem e supervisionam as atividades do trabalhador, e devido a uma tendência do trabalho de se tornar bem mais contínuo e intensivo, pois todo esforço é feito para garantir que não mais ou não menos tempo de trabalho socialmente necessário seja consumido na fabricação do produto. Mediante a competição na troca, o tempo de trabalho socialmente necessário começa a ser percebido como regulador do processo de trabalho, ainda que os trabalhadores mantenham um controle substancial sobre suas habilidades tradicionais e sobre os métodos empregados. A redução do trabalho especializado para o simples não ocorre. E

a única imposição envolvida surge da necessidade de o trabalhador vender sua força de trabalho para sobreviver.

A “real submissão do trabalho ao capital” surge quando os capitalistas começam a reorganizar o próprio processo de trabalho para obter mais-valor relativo. Com isso, todo o modo de produção “é alterado e uma forma de produção especificamente capitalista começa a aparecer”, juntamente com “as relações de produção correspondentes”. Em outras palavras, as relações de classe que prevalecem dentro do capitalismo em geral agora penetram dentro do processo de trabalho por meio da reorganização das forças produtivas.

Os capitalistas mobilizam as forças que surgem da cooperação e da divisão detalhada do trabalho, e lucram com a produtividade aumentada do trabalho daí resultante. Os trabalhadores tornam-se cada vez mais “modos especiais de existência do capital” e ficam cada vez mais sujeitos ao controle “despótico” dos capitalistas e de seus representantes. Uma estrutura hierárquica e autoritária das relações sociais emerge dentro do local de trabalho. Os métodos de trabalho podem continuar os mesmos, mas a especialização dos trabalhadores em tarefas específicas podem permitir que estas sejam simplificadas a ponto de poderem ser realizadas por trabalhadores com pouco conhecimento ou habilidades.

[...] Quando o camponês, antes independente e que produzia para si mesmo, se torna diarista e trabalha para um agricultor; quando a estrutura hierárquica característica do modo de produção corporativo desaparece ante a simples oposição de um capitalista que faz trabalhar para si os artesãos convertidos em assalariados; quando o escravista de outrora emprega seus ex-escravos como assalariados etc; temos então que processos de produção determinados socialmente de outro modo se transformam no processo de produção do capital. Com isso, entram em cena modificações analisadas anteriormente. O camponês, antes independente, cai, como fator do processo de produção na dependência do capitalista que o dirige, e sua ocupação depende de um contrato que ele, como possuidor de mercadoria (possuidor de força de trabalho), firmou previamente com o capitalista, na qualidade de possuidor de dinheiro. (MARX. K. Capítulo Inédito de O Capital, 1978, p. 51, L.I, VOL.I).

Emerge então uma distinção geral entre o trabalho especializado e o não especializado, mas a base técnica da produção também requer a preservação de uma hierarquia das forças de trabalho e das habilidades, juntamente com diferenciais de salário, a redução do trabalho especializado para o simples não é completa. Nesse casos, também, a força de trabalho cada vez mais produtiva surge de uma reorganização dos processos de trabalho existentes e não envolve necessariamente nenhum investimento importante por parte dos capitalistas, embora novos locais e prédios possam ser

necessários, pois a cooperação com frequência significa a agregação de vários processos sob o mesmo teto.

O capitalismo supera a “base técnica estreita” da manufatura mediante a introdução de maquinaria e a organizado do sistema fabril. A transição para um modo de produção verdadeiramente capitalista torna-se então possível. Embora isso envolva um investimento ativo por parte dos capitalistas, a vantagem é que a maquina pode ser usada para aumentar a produtividade física do trabalho ao mesmo tempo que permite que os capitalistas controlem a intensidade e o ritmo do processo de trabalho mediante a regulação da velocidade da maquina. O trabalhador torna-se então um mero “apêndice”, um escravo da maquina. A separação do trabalho mental e do trabalho manual, a destruição das habilidade do trabalho artístico e do trabalho artesanal, e a sua substituição por meras habilidades atendidas por maquinas, o emprego de mulheres e crianças, tudo isso foi consequência. Para Marx, o empobrecimento do trabalhador no capitalismo tinha tanto, se não mais, a ver com a degradação imposta ao trabalhador no processo de trabalho quanto com os baixos salários e os altos índices de exploração. Com o uso capitalista das maquinas, o intrometo de trabalho torna-se o meio de escravizar, explorar e empobrecer o trabalhador, a combinação social e a organização dos processo de trabalhos são transformadas em um modo organizado de extinguir a vitalidade, a liberdade e a independência individuais do trabalhador.

5. A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AVÍCOLA NO BRASIL

5.1. A TEMÁTICA DO CAPÍTULO

O capítulo a seguir tratará do processo de modernização da agricultura. Houve a preocupação de evidência-lo no meio do movimento do capital, que em seu sentido estendido segue transformando o processo de produção, incluindo o agropecuário. Neste cenário foi discutida a transformação da agricultura tradicional a partir das diretrizes da Revolução Verde e, por meio dela, a inclusão do capital no ambiente agrário. Também, a partir do quadro descrito, foi considerada a modernização da agricultura como pré-requisito para o estágio seguinte, o da intensificação da inclusão do capital no meio rural, através do processo de integração. Até aqui a discussão se deu em um aspecto amplo. Agora o objetivo é restringir a questão, considerando uma escala geográfica menor, a do Sudoeste paranaense. A ideia é compreender qual foi a reação da agricultura dessa região à técnica inovadora, cuja inclusão no país iniciou-se na década de 50, embora tenha ganho estímulo a partir da década posterior.

Nas décadas posteriores à emergência da Revolução Verde num patamar nacional, seguiram refletindo os seus impactos no ambiente agrário, proporcionando alterações no método de produção e também na estrutura agrária. Assim sendo, parte destes efeitos poderiam ser visualizados a partir do desenvolvimento da estrutura agrária no Brasil. Dessa maneira, torna-se importante verificá-la na região em estudo, objetivando compreender os resultados do processo modernizador alavancado pelo capital. Esse debate é essencial, uma vez que a modernização da agricultura é o suporte de sustentação para a estruturação da fase seguinte, a do aprofundamento do capital no ambiente agrário. Uma vez que a região possui forte integração entre a agropecuária e a indústria, essa afirmativa se evidencia ainda mais.

Em se tratando particularmente da produção avícola, com a instalação da segunda unidade industrial da empresa Sadia S/A, na cidade de Francisco Beltrão, que a avicultura ganha impulso na região sudoeste a partir da década de 90. A integração avícola na região envolve não só a empresa citada, mas também um vasto contingente de produtores integrados, em sua maioria pequenos agricultores. Portanto, faz-se imprescindível mencionar alguns dos itens abordados pelos que estudam a questão agrária, especialmente, os que tem a ver com a estrutura fundiária, por quais meios a produção ocorre e também as relações de produção. Conclui-se que as indagações

“como se produz” e “de que maneira se produz”, estão vinculadas aos tópicos discutidos nas relações de trabalho em vigor na agricultura.

5.2. INFLUENCIAS

A avicultura é uma das partes da produção onde o processo de acúmulo e centralização de capital ocorreu rapidamente. Tal conclusão pode ser considerada não somente para aqueles países onde a industrialização se deu de modo mais adiantado, como nos Estados Unidos, mas também para os que demoraram um pouco mais, como o Brasil, que viu a sua industrialização ganhar impulso a partir dos anos 50.

Dessa forma, o desenvolvimento da avicultura no Brasil, tem como referência o modelo utilizado nos Estados Unidos, que forneceu diretrizes para a implantação da avicultura em regime industrial. Seguindo o mesmo percurso da chamada Revolução Verde, o modelo produzido no país norte americano não só interferiu na forma como se instalava a avicultura em caráter nacional no Brasil, mas também foi vastamente disseminada para outros países. O padrão de avicultura criado pelos estadunidenses evidencia o desempenho completo e terminado das cadeias alimentares, onde o capital que se encontra a montante e/ou a jusante do produtor agrícola, comanda o processo de produção.

A avicultura integrada traz o fortalecimento da industrialização avícola no Brasil. É importante uma pequena reflexão em relação às fases gerais de seu desenrolar, uma vez que ela se baseia nos moldes norte-americanos. Torna-se importante falar sobre as fases gerais do desenvolvimento uma vez que elas é que revelam a composição da cadeia alimentar em que encontra-se inserida a avicultura. Entretanto, há necessidade de reafirmar que o desenvolvimento da cadeia alimentar da avicultura nos países desenvolvidos, desencadeou, para sua implantação no Brasil, uma subordinação das indústrias que nos países desenvolvidos ocupavam seu lugar à montante e à jusante na cadeia produtiva. Em seguida, uma rápida descrição.

A propensão peculiar deste segmento em arrecadar vultosas somas de capital vem acelerar o desenvolvimento da cadeia alimentar da avicultura. De todas as várias cadeias alimentares, provavelmente esta seja a que mais se assemelha ao processo de produção em fábricas. Entretanto, antes que isso pudesse acontecer realmente, antes que a avicultura estivesse apta a assumir tal característica, diversas alterações aconteceram, não só em relação ao crescimento do mercado, que aconteceu devido à expansão das cidades, mas também no que diz respeito à produção em si.

O melhoramento das circunstâncias de produtividade da avicultura nos Estados Unidos e, conseqüentemente o incremento do capitalismo induz à divisão do trabalho, que por sua vez leva à expansão do mercado e à elevação do quantitativo de indústrias de produção de alimentos, conforme destacou BELATO (1985). À procura pela sua valorização, escora-se no crescimento do mercado e inicializa uma diversificação da própria produção. Seguindo essa lógica, a manipulação de proteínas alternativas às de origem vegetal e/ou carnes vermelhas, motiva o andamento da rede de cultura aviária. Acontece que ao mesmo tempo em que essas indústrias processadoras são incentivadas pelo crescimento do mercado, também procuram estendê-lo, o que faz aumentar demandas para novos produtos e indústrias, ampliando então o campo de investimento de capital.

Imediatamente em seguida, acontece a busca por melhorias das matérias primas, ou melhor, a indústria processadora estando desenvolvida é imperativo reduzir custos, objetivando a competitividade e conseqüentemente angariando uma faixa de mercado cada vez maior. Nesse estágio que se trabalha com a matéria prima, com a alteração genética das aves, objetivando a diminuição do tempo de engorda da espécie, dentro das condições necessárias para isso. É exatamente nesse momento de modificação genética que é possível afirmar que a produção avícola possui características fabris. A indústria passa então a ser a responsável pelo período de maturação do animal e não mais a natureza. Fica evidente uma total intervenção do capital na forma como se trabalha com a matéria prima. O que antes era produzido na zona agrária sem interferência direta do capital, agora condiciona-se ao padrão por ele estipulado.

Enfim, a matéria prima vai necessitar de elementos que permitam o seu desenvolvimento. A sua alimentação e condições sanitárias sofrem alterações decorrentes de sua modificação genética. A fim de que possa ser destinada para fins comerciais, necessário se faz todo um aparato que garanta alimentação e local adequados. No sentido de assegurar o melhor aproveitamento comercial da matéria prima citada, rações balanceadas e medicamentos específicos devem ser desenvolvidos. Por fim, o que se tem é uma matéria prima padronizada, pronta para ser absorvida pela indústria processadora. Conforme relata BELATO (1985):

[...] Estas aves literalmente produzidas pelo capital se tornam, a partir de então responsivas a determinados insumos alimentares, calibrados às características genéticas do animal, bem como imunes a enfermidades específicas das novas condições de processamento mediante aplicação sistemática e pré-determinada de medicamentos. (BELATO, 1985, p. 185).

Consegue-se agora identificar os elos que compõem a cadeia da avicultura, que são: processamento genético, que é a fase de desenvolvimento das aves geneticamente modificadas; processamento biológico, que se refere à produção de alimentos e medicamentos; e processamento e distribuição da matéria prima.

O que se observa em cada uma das indústrias que compõem a cadeia da avicultura é um processo de acúmulo e centralização de capital. A lógica dentro da cadeia é a mesma em vigor sob o capitalismo, quer dizer, em cada esfera incita-se a competição e assim os mais fracos são eliminados. Tudo caminha sempre para a formação de oligopólio de cada fase do processo. Dessa forma, tem-se que à medida que ocorre um aumento da importância econômica da cadeia, acontece uma ampliação no tamanho e encolhimento no quantitativo de empresas, em cada uma de suas instâncias.

Juntamente com o processo de acúmulo e centralização tem-se a disseminação do modelo em esfera mundial e assim o aumento das empresas localizadas a montante e a jusante da criação avícola na direção da internacionalização do capital. Consequentemente a formação da cadeia alimentar da avicultura brasileira já ocorre amplamente dependente do capital internacional.

Em contrapartida, a formação desse padrão de produção avícola em terras brasileiras, permite a inclusão do capital no âmbito agrário, porém não causa a expropriação da terra, obrigatoriamente, como afirma SORJ (1982, p. 9):

[...] o processo de internacionalização do capital no setor agrícola significa, fundamentalmente, a internalização dos processos produtivos pelas grandes empresas multinacionais ligadas ao setor agroindustrial. Esse processo independe do controle direto da terra pelas multinacionais ou pelo capital agroindustrial em geral. (Sorj, 1982 p. 9).

5.3. O PAPEL DO ESTADO

Igualmente no Brasil, a formação da cultura aviária em caráter fabril está ligada ao desenvolvimento do capitalismo e consequentemente ao fortalecimento da separação dos encargos e crescimento do mercado na área urbana. O crescimento da industrialização, quando promove o intenso remanejamento de parte da população rural para as áreas urbanas resulta em uma alteração na forma de produção e de fornecimento de alimentos à população. A evolução do mercado, tendo em vista que amplifica a valorização do capital, torna-se condição fundamental para o desenvolvimento da produção industrial e como resultado para a formação da cadeia alimentar da avicultura.

Os europeus foram os responsáveis pela inicialização do consumo de carne de galinha no Brasil. De acordo com ARASCHIRO, (1989, p. 17) esta não era uma ave típica do nosso continente e foi nele introduzida pelos colonizadores. Ele destaca que para o caso do Brasil, isto pode ser comprovado pelo relato que Pero Vaz de Caminha faz, dando conta da descoberta das novas terras:

Ancorada próxima dos recifes de Porto Seguro, a nau capitânea foi visitada, na noite de 24 de abril de 1500, por dois índios trazidos de terra por Afonso Lopes. Entre outras coisas que lhes foram exibidas, escreveu Caminha “mostraram-lhe um papagaio pardo que o capitão trazia consigo. Tomaram- no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhe um carneiro; não fizeram caso. Mostraram-lhe uma galinha, quase tiveram medo dela; não queriam pôr a mão e depois a tomaram como espantados.

As espécies que aqui foram introduzidas eram as de origem mediterrânea, especificamente das regiões dos colonizadores, ou seja, de Portugal, Espanha, Itália e norte da África. Ainda em tempos de Brasil colônia, os portugueses, quando de suas viagens às Índias e ao Oriente, trouxeram as espécies orientais e asiáticas. A típica galinha caipira brasileira é o resultado dessa miscigenação.

Durante o século XIX, após o domínio português, houve grande estimulação para a vinda de imigrantes europeus, a fim de se obter mão de obra nas lavouras de café. Com isso, a criação de galinhas caseiras tornou-se atividade cada vez mais rotineira. Entretanto, essa atividade, por ser considerada de subsistência, não tinha importância do ponto de vista da economia. Não havia qualquer intenção de incentiva-la, muito embora tenha sido estimulada sua produção e o seu consumo. Fazia-se necessária uma mescla de circunstâncias para que viesse a ser considerada uma atividade econômica.

No início do século XX a criação era totalmente voltada para a subsistência e realizada de forma artesanal. Naquela época o consumo de carne de galinha se restringia aos dias considerados especiais como domingos, feriados ou visitas de parentes ou então quando se fazia uma canja para algum doente. As aves eram compradas vivas, de pequenos criadores e vendedores ambulantes ou até mesmo, muitos mantinham em seus quintais pequenos galinheiros. Grandes restaurantes ofereciam em seus cardápios a carne de frango em pratos mais elaborados, porém, somente para a população de melhor recursos financeiros.

Diante desse cenário, quando se iniciou o processo fabril no Brasil, em meados dos anos 30, ficou evidente que a nova disposição de demanda não seria atendida pela forma tradicional com que se produzia até então frangos e ovos para o consumo. O

mercado urbano cresceria estimulado pela industrialização, o qual exigiria uma produção eficiente no atendimento à demanda em quantidade e qualidade: quantidade regular e ampliada e com padrão de qualidade.

Com o exposto, nessa primeira fase da formação da cultura avícola em moldes industriais, ou seja, no desenvolvimento da cadeia avícola, o Governo tem suma importância. Seu papel seria fundamental, pois agiria estimulando internamente o desenvolvimento da cultura avícola, atendendo os interesses da própria burguesia agrária, da nova burguesia industrial e ainda do capital internacional. Fatores imprescindíveis para melhorar a categoria da produção interna seriam o suporte monetário, a assistência técnica, acordos de cooperação internacional com os Estados Unidos, objetivando a qualificação de mão de obra interna, entre outros.

[...] colocou em “prática um amplo programa para formar os avicultores e auxiliá-los a enfrentar as diversas doenças que atacavam as aves. Além do material didático sobre tais doenças, veterinários do Ministério passaram a percorrer as granjas avícolas, orientando os avicultores sobre as espécies preferíveis para a criação, os processos mais aconselháveis para evitar as doenças e a melhor forma de debelar seus surtos. (DALLA COSTA, 1997, p. 74).

O que se queria e se esperava era encorajar o aparecimento de um novo modelo interno para a avicultura, que se tornasse um padrão em esfera nacional. Participavam notadamente desse empenho componentes da burguesia agrária, uma vez que nessa etapa preliminar do desenvolvimento da avicultura no país, alguns produtores já possuíam granjas de porte significativo.

Por um lado, esta fase de ordenação da produção buscava incentivar a troca da produção artesanal pela industrializada. Por outro lado, mostrava outra organização, a de que a cultura avícola moderna se enraizasse no país com relevante subordinação ao capital internacional. Entretanto, certos padrões de raças aptas a representar um modelo de produção em massa, se faziam necessários para o desenvolvimento da produção interna industrializada. Nossas galinhas caipiras não correspondiam adequadamente aos insumos específicos na produção industrial.

Com isso, a industrialização da criação de aves no Brasil começa com a importação de aves com características genéticas modificadas, vindas principalmente dos Estados Unidos e Inglaterra, com capacidade para satisfazer o uso dos referidos insumos.

Na década de 30, ainda que tivesse se iniciado o empenho para o desenvolvimento da produção avícola, na década seguinte a produção de ovos é que se destacava no referido segmento. O mercado interno ainda criava empecilhos para a introdução de uma

avicultura de corte de cunho industrializado, uma vez que o consumo interno estava voltado quase que exclusivamente às carnes bovina e suína. Com o advento da Segunda Grande Guerra, o consumo de carne sofreu algumas mudanças. Devido ao racionamento determinado pela guerra, aconteceu uma alta nos preços praticados para a carne bovina, o que gerou uma migração do consumo para a carne de frango. Mesmo ainda em caráter experimental, a carne de frango passou a ser abatida em matadouros que antes da guerra só abatiam bovinos e suínos. Neste novo cenário, fortalecido pelo aumento da industrialização que a produção mista, aves de postura e de corte, começou a se desenvolver. As novas conjunturas do mercado, as necessidades da burguesia interna, agrária e industrial, levariam o governo a achar meios de responder satisfatoriamente às mudanças.

6. INTEGRAÇÃO VERTICAL

Considerando o que já foi dito até aqui: o desenvolvimento da industrialização e por conseguinte o crescimento da urbanização, a atuação do governo estimulando o desenvolvimento da avicultura industrial baseada no padrão norte americano no país, o crescimento no sul do país de agroindustriais dedicadas ao processamento de carnes, e também a quantidade significativa de pequenos produtores agrícolas, observamos que a avicultura baseada no padrão norte americano, ou seja, na integração vertical teve seu início no sul do Brasil.

Nessa época o sul do país já acumulava grande número de pequenas propriedades, onde seus donos já detinham experiência no trato com pequenos animais, porém, seu empenho estava direcionado aos suínos. Nessas propriedades havia criação de frangos, mas não com o objetivo de atender uma necessidade industrial, era tão somente voltada para o consumo próprio e/ou para o pequeno comércio local. Não se pensava em produção de frangos a nível industrial ou comercial.

Os pequenos agricultores, que cultivavam diversos tipos de cereais, a policultura cerealífera, e também se dedicavam à produção de pequenos animais, tiveram sua riqueza tomada pelas principais agroindustriais que vieram a se instalar na região a partir dos anos 1930. A Sadia e a Perdigão - duas agroindustriais de relevância no painel nacional, que em 2011 tiveram sua fusão ratificada pelo CADE e que agora representam a Brasil Foods, são bons exemplos. A caminhada de ambas iniciou-se através do pequeno comércio, nas casas comerciais como se falava na época. Essas casas compravam os produtos dos agricultores e vendiam a eles os instrumentos de trabalho e outras mercadorias. Essa transação permitiu que as empresas acumulassem o capital inicial suficiente para seguir ao próximo passo que seria a industrialização dos produtos das lavouras. Os mais importantes produtos industrializados nessa época foram o trigo e a carne suína, antes mesmo da produção industrial de aves. A avicultura integrada com os pequenos produtores acabou sendo o principal elemento de lucro e de desenvolvimento destas empresas.

A fim de aguçar o processo de intensificação da urbanização no país, consequência do sucesso da industrialização, o governo decidiu incentivar o êxodo rural, com o objetivo de colocar operários à disposição da indústria ora em expansão. Nesse quadro muitos esforços não só para incrementar a agricultura e estimular as produções de soja e de milho, mas também conceder incentivos fiscais por parte do governo para as indústrias interessadas em atuar fora eixo Rio-São Paulo, que acabou por incentivar o

aparecimento e o fortalecimento das agroindústrias de alimentação na região sul do país. De outro modo, o que permitiu que as agroindústrias ali instaladas assimilassem e estabelecessem o padrão de produção da avicultura integrada sem maiores dificuldades.

Assim, mesmo que a partir da década de 50, principalmente em São Paulo, as empresas familiares voltadas aos diversos estágios do processo de produção avícola tivessem tido um aumento, esse avanço se deu sem alterar a base da produção, quer dizer, as fases da produção continuaram operando de forma separada. Nessas fases, os matrizeiros, as fábricas de rações, os produtores avícolas, os frigoríficos e os distribuidores não formavam um grupo de integração estabelecida. A integração vertical, seria exatamente a junção das diversas fases, ou seja, a maior revolução organizacional que configuraria o progresso da avicultura industrial no sul do país.

Acredita-se ser possível, depois do que já foi dito, entender quais os motivos que levaram as maiores empresas do setor avícola industrial a se instalarem no sul do Brasil. "No final da década de 1980, dos 30 estabelecimentos com capacidade para abater mais de três mil aves por hora, 32 localizava-se na região Sul", como destacou RIZZI (1993, p. 62). Atualmente a quantidade de empresas ligadas ao setor aumentou bastante, uma vez que em 2008 as duas maiores empresas, Sadia e Perdigão, promoveram a incorporação de várias outras, as quais nos anos 80 eram tratadas como de grande porte, como a Chapecó, adquirida pela Sadia. A integração vertical proporcionou o aumento do volume de produção, possibilitando dessa forma atingir os benefícios da economia em escala. Dessa forma, as empresas localizadas no sul, ainda nos anos 70, conseguiram enfraquecer as empresas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, na capacidade de produção, passando a ser em seguida as maiores exportadoras.

6.1. DEPENDÊNCIA GENÉTICA

As grandes empresas da indústria de alimentos na escala mundial demonstram como o processo de acúmulo e concentração de capital conduz ao oligopólio. Em se falando de cadeia alimentar da avicultura, essa tese se torna ainda mais evidente. No Brasil, apenas duas empresas detêm mais de 50% da produção e exportação, fato bem expressivo.

Particularmente a genética, uma das instancias da cadeia alimentar, é acompanhada pelo oligopólio da instancia processadora de alimentos. A nível mundial o setor genético é bastante oligopolizado e o Brasil, dependente de apoio genético importado. Os artifícios empregados pelas empresas especializadas no assunto é que vão

definir como será o acesso. Além da simples obtenção de material genético, modos de transmitir tecnologia e vínculos com empresas nacionais específicas, que asseguram não só o acesso mas também a disseminação deste material, provocando desmotivação quanto ao investimento nesse setor.

O aparecimento da cultura avícola de natureza capitalista assume a intenção da especialização, da divisão de tarefas. Assim sendo, as partes da produção que formam a cadeia acabam por ficar altamente especializados e na sequência, centralizados. A genética é o segmento de base. O desenvolvimento de linhagens puras, melhorando as já existentes através do cruzamento das aves com melhores características desponta como principal preocupação. O objetivo é produzir aves com propriedades que atraiam o interesse econômico, como ressalta DALLA COSTA (1997). A triagem genética desenvolvida caminha no sentido de produzir aves específicas diferentes das que são usadas de base. Desse processo seletivo resulta uma ave denominada híbrida. Ela que possui as características atraentes economicamente, levará o nome da empresa e garantirá o monopólio do negócio à empresa proprietária do seu banco genético.

O pedigree, as avós, as matrizes e o frango de corte formam os quatro elos de ligação do processo de seleção genética das aves comerciais. Quatro linhas genéticas (A, B, C e D), que representam os machos e fêmeas de linhagem pura, o pedigree, faz-se necessárias para cada linhagem de ave comercial. Vamos tentar entender esse processo: primeiramente as empresas fazem uma escolha dos indivíduos que atendam às características genéticas comercialmente interessantes. Em seguida, procede-se a multiplicação destes indivíduos, o que dá origem ao segundo elo, o das aves avós. Estas avós são exemplares puros de aves de linhagem pura e como tal, mantêm as características genéticas almejadas. As aves de linhagem pura são o principal ativo do segmento para as empresas. Por isso, todo empenho em preservar estes ativos. As empresas Cobb-Vantress e Hendrix Genetics adotaram o fornecimento de apenas machos das linhagens A e C ou fêmeas das linhagens B e D como avós. Por consequência, as aves avós das linhas puras não podem ser reproduzidas, uma vez que irão faltar os respectivos pares. Assim sendo, as fêmeas das linhagens A e C e os machos das linhagens B e D não podem ser reproduzidos. Trata-se de um tipo de “fechadura biológica”, que segundo as empresas, possibilita uma proteção aos dispêndios que a atividade impõe.

Seguindo essa esquemática de reprodução, adquirindo as aves avós, chega-se ao terceiro e quarto elos da corrente, ou seja, a conquista de suas matrizes e frango de corte. Estas seriam do tipo AB e CD, geradas de duas formas: em primeiro lugar, pelo

cruzamento de aves avós puras (macho A com fêmea B ou do macho C com fêmea D, chamado de processo de hibridização; e em segundo, pelo cruzamento das matrizes AB entre si ou das matrizes CD entre si.

Na primeira forma citada, como filhas diretas de aves avós de linhagem pura temos uma produção de aves com alto nível de qualidade, cuja vitalidade de produção não se reduz na continuidade da linhagem. Com a segunda forma não acontece o mesmo, pois haveria uma “perda de eficiência a cada geração”. Portanto, surge uma “segunda fechadura biológica”, pelo fato de que a desigualdade entre matrizes hibridizadas e não hibridizadas amplia-se a cada geração.

Fica, assim estipulado o vínculo de subordinação que o avicultor tem em relação à empresa de manipulação genética. Ao longo do tempo, observa-se que esta subordinação cresce uma vez que com o cruzamento de matrizes hibridizadas vai se notando uma perda exponencial de valor comercial do frango de corte resultante. As “fechaduras biológicas” têm a função de resguardar a propriedade, o ativo genético, fazendo com que as empresas possam dispensar qualquer registro de patente formal. O alto poder de mercado que essas empresas desfrutam deve-se à propriedade de linhagens puras, à grande escala necessária nesse mercado, à detenção de tecnologia de seleção genômica e aos contratos verticais entre as granjas e as empresas de manipulação genética. Como foi visto, a ave híbrida, considerada como produto ideal comercialmente não é “reversível”, ou seja:

[...] é, impossível de reproduzir pintos de corte ou postura ou matrizes sem que se instale rapidamente um processo de degenerescência. Não há caminho de volta à avó. Esta funciona como uma verdadeira “patente de invenção” guardada sob sete chaves. (Dalla Costa, 1997).

Visando alcançar os muitos mercados, várias estratégias são postas em prática pelas empresas de produção genética, uma vez que elas detém o controle de seu material garantido. A rivalidade pelo mercado resulta numa necessidade de desenvolvimento rotineira, seja para aquisição de novas linhagens com potencial para os mais diversos mercados, seja no que tem a ver com as estratégias de inserção do produto a nível global. Acontece então, o estímulo à concentração e à oligopolização deste segmento, o qual acaba por incitar o mesmo processo nos demais segmentos. De acordo com DALLA COSTA (1997), já na década de 80 não existia mais que uma dúzia de

empresas gigantes dominando a pesquisa genética na avicultura, a maioria de origem americana.

De início a propagação das principais linhagens de aves no país se deram a partir da importação, refletindo o empenho interno em potencializar a cultura avícola industrial. De 1930 a 1965, particularmente através da importação e da distribuição das matrizes tidas como lucrativas do ponto de vista comercial. Num momento preliminar tal propagação foi desempenhada pelo Estado e na sequência pelas empresas privadas. Assim sendo, a propagação por meio da importação e da distribuição a cargo do Estado caminhará junto com o comprometimento direto do setor privado e que seria “a primeira variante dominante no Brasil na década de 60”, que “consistia em transferir para empresas idôneas matrizes sob a forma de pintos de um dia ou ovos férteis” (BELATO, 1985, p. 201).

No momento seguinte, houve a instauração local de filiais das empresas internacionais, haja vista o avanço considerável da avicultura brasileira capitalista e as boas possibilidades de dilatação do consumo, causada pelo crescimento da urbanização e do processo de industrialização. A partir da década de 70, essa passou a ser a orientação do mercado. Um aumento significativo de importação de aves avós se deu com a atuação das filiais, que nessa época, controlavam a base genética e instalavam uma rede de empresas locais, as chamadas matrizeiras, com a incumbência de produzir os pintos de corte.

Com esta estratégia o que se busca é efetivamente um maior controle do mercado. Ao firmar o acordo de repasse direto das avós à agroindústria, se desestimula nesta última o investimento no desenvolvimento de novas linhagens. Esse desestímulo é, por outro lado, reforçado pelo próprio caráter oligopólico que as empresas do segmento da genética possuem, e pelos elevados e constantes investimentos que exige. De outra forma, o fornecimento das avós sob tal modalidade, ao evitar a entrada das grandes agroindústrias no campo da genética, incita estas ao redirecionamento dos investimentos nas fases seguintes da cadeia. Nas palavras de BELATO (1985, p. 204):

[...] através da aparência de descentralização mediante o repasse das avós, de um lado, a eliminação de concorrentes futuros nesse mercado fechado e, de outro, induz o gigantismo e a concentração do segmento que passou a receber as avós, o qual passa a controlar as linhas subseqüentes da produção até o produtor final.

O capital estrangeiro, desse modo, no contexto da cadeia da avicultura, afeta a produção local em todas as demais esferas da cadeia. Por outro lado, o capital interno

fica submetido às manobras de dilatação do capital internacional. Dessa forma, a agroindústria determina e mantém o relacionamento com o produtor integrado e as associações que representam o setor estabelecem as suas necessidades junto ao Estado. A partir daí, a avicultura integrada passa a dominar nacionalmente a forma de produção.

6.2. MATRIZES, INCUBATÓRIOS E PRODUÇÃO DE PINTOS DE CORTE

A multiplicação das matrizes a partir das avós e dos pintos de corte, é o estágio subsequente na integração vertical. As empresas do sul do país investiram na própria capacitação, ficando em vantagem em relação à concorrência que não se mobilizou para isso. A Sadia e as demais empresas do oeste catarinense que adotaram o mesmo procedimento, obrigatoriamente tiveram que implantar a integração vertical, pois se não o fizessem haveria muita dificuldade em levar os pintos de um dia dos estabelecimentos de São Paulo, devido a problemas de transporte e de outras questões relacionadas à higiene e ao controle de doenças. Conclui-se que a produtividade numa localidade afastada geograficamente dos centros urbanos relevantes estimula e determina a instauração do processo de integração vertical, suprimindo as imperfeições do mercado da época.

A instauração da integração vertical de forma mais abundante se deu onde foram implantadas as mais importantes agroindústrias do segmento, ou seja, na região sul do país. A Sadia pioneiramente importava as avós e possuía as próprias incubadoras para produzir matrizes, que gerariam os pintos de corte. As maiores agroindústrias avícolas do sul do país, principalmente a Sadia e a Perdigão instauraram suas matrizes e incubadoras particulares, que geravam pintos de um dia, abastecendo os agricultores integrados.

6.3. VACINAS E MEDICAMENTOS

Por se tratarem de segmentos muito especializados e de alto custo de investimento, as agroindústrias não se dedicam à pesquisa tanto no campo da genética, como no de vacinas e produtos farmacêuticos. As indústrias químico-farmacêuticas são as responsáveis por essa prática, trabalhando em cima de pesquisas já existentes ou estendendo suas linhas de produto a fim de atender novas oportunidades no mercado em alta.

O segmento químico-farmacêutico requer tecnologia especializada e sofre forte concorrência internacional, o que veio a ser imediatamente dominado pelas empresas

multinacionais. Devido à aglutinação dessas empresas, o mesmo grupo que fornecia produtos veterinários básicos tinha a responsabilidade de oferecer os insumos químico-veterinários não só para a avicultura mas também para a produção pecuária. Como destaca SORJ (1982, p. 21),

[...] As mesmas empresas de produtos veterinários abarcam os analgésicos, anaplasrose, anestésicos, avitaminóticos, bactericidas, defensivos contra doenças de animais em geral, complementos minerais para os diversos tipos de animais e produtos para a avicultura. (Sorj, 1982, p. 21.)

As empresas integradoras e os laboratórios assinam acordos de fornecimento de vacinas e de outros medicamentos utilizados na produção e engorda das aves. Os pintos de um dia são levados aos aviários integrados já vacinados pelas próprias integradoras, sempre que for necessário. Os demais medicamentos são distribuídos pelos técnicos que acompanham toda a produção dos frangos. É feita a compra dos medicamentos pelas empresas, que os fornecem aos integrados recebendo seu pagamento no momento do carregamento dos lotes.

6.4. PRODUÇÃO DE RAÇÕES

Tanto para aves de postura quanto para os frangos de corte, a composição da ração passou por alterações até se chegar ao que é utilizado atualmente. Nos meados dos anos 20, a alimentação básica dos pintinhos de um dia eram o leite e ovos. O milho, nessa época, já era facilmente encontrado e tornava-se o mais utilizado. Da mesma forma, as verduras, que resultavam num crescimento mais satisfatório dos pintos, maior produção de poedeiras e aumento da germinação, era imprescindível na alimentação das aves.

Também eram considerados imprescindíveis à dieta alimentar das aves, os alimentos de origem animal como as farinhas de carne e de peixe. A fim de estimular o apetite e regular as secreções, o sal também fazia parte da dieta. Além desses, outros alimentos entravam na receita das rações, como o carvão que apesar da estranheza na utilização, fazia o importante papel de regular a digestão. Vários avicultores, tendo dificuldade em produzir farinha de carne, davam às aves carne crua mesmo.

A nutrição avícola passou por grandes alterações a partir da década de 30. Os Estados Unidos destacaram-se na evolução da pesquisa em rações, como destaca BELATO (1985) e DALLA COSTA (1997). Primeiramente por causa da evolução científica

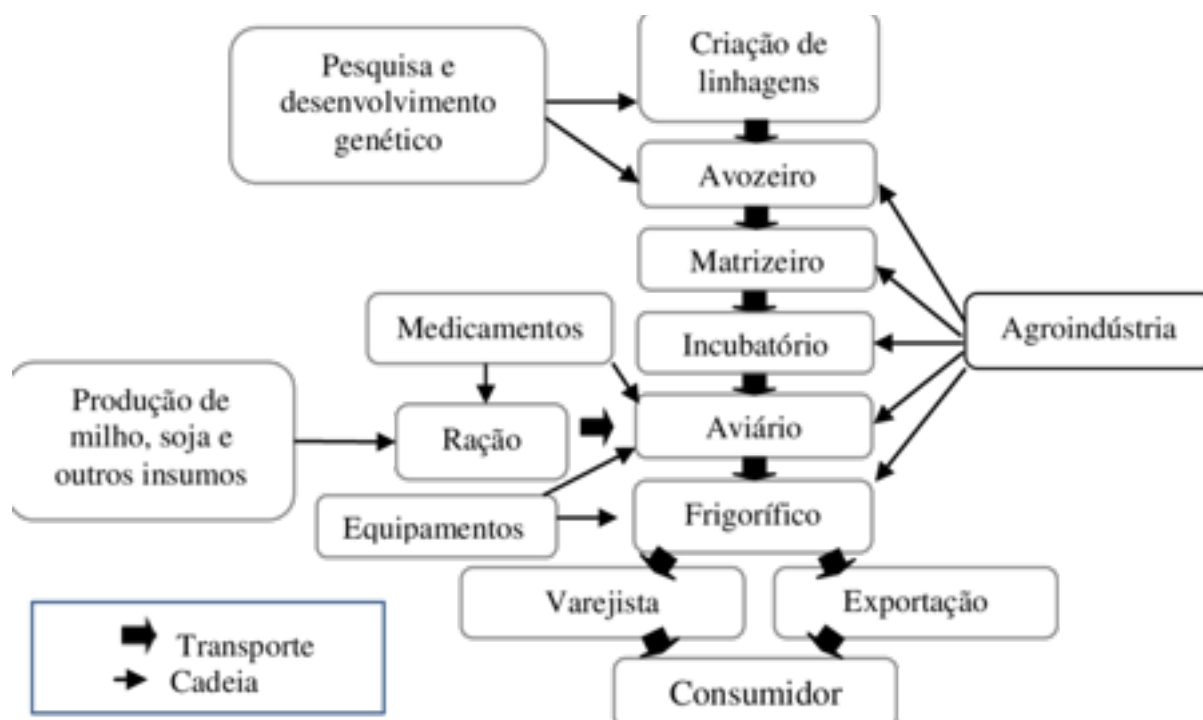
na Europa e Estados Unidos. Em seguida, a avicultura começa a se transformar em atividade industrial, o que faz despertar o interesse de muitos empresários do setor de alimentos para a avicultura. Por fim, a produção de alimentos para aves, considerando que o tempo para o seu desenvolvimento, comparando-se a outros animais, é relativamente curto, evoluiu rapidamente pois atraiu todas as experiências relacionadas às novas descobertas. Desde então, as alterações se aceleraram.

O desempenho positivo na criação de frangos de corte aconteceu também pela contribuição de outros fatores, como as modificações genéticas que vieram essencialmente criar novas linhagens mais produtivas. No entanto, para que uma nova raça de frango pudesse se desenvolver, seriam obrigatórios nutrientes específicos no fabrico das rações.

Em fins dos anos 50 e início dos anos 60, as rações eram fabricadas pelas granjas avícolas mais importantes, ou por empresas independentes, fornecedoras não só para os grandes mas também para os pequenos produtores. No sul do país, a partir da formação da avicultura integrada, as agroindústrias produziam a própria ração.

Temos que a forma de integração vertical já era adotada pelas empresas que ingressavam no setor avícola no sul do país, demonstrando que o fabrico de ração era somente uma das etapas do processo de produção.

FIGURA 4 - CADEIA AGROINDUSTRIAL DE FRANGO DE CORTE.



6.5. CONTRATOS COM PEQUENOS PRODUTORES

Através de acordos informais de parceria avícola firmados com os pequenos produtores integrados, as empresas procuraram garantir o seu abastecimento de matéria prima. Tratando-se da mais importante novidade organizacional inserida pelas empresas do sul dentro da integração vertical. As empresas das demais regiões e que não adotaram tal prática, se viram em grande desvantagem em relação às empresas sulinas.

Quando a produção ainda era considerada baixa, na fase inicial do processo de integração com os pequenos produtores, especialmente nas décadas de 60 e 70, quase não havia uma oficialização das parcerias para o fornecimento de matéria prima. Era comum as empresas nem se preocuparem com a formalização desse tipo de contrato.

A questão da formalização entre a agroindústria e o pequeno produtor será abordada no próximo capítulo, onde fará somente uma menção sobre sua existência, uma vez que os agentes envolvidos têm posição primordial na cadeia produtiva.

6.6. QUALIDADE DA MATÉRIA PRIMA

A relação entre a empresa e o produtor integrado é formalizada através de um instrumento legal, um contrato de parceria. Objetivando entender melhor tal relação, tem-se que considerar o surgimento do setor de fomento agropecuário, que tem como objetivo principal garantir o fornecimento constante de matéria prima e também um gerenciamento de sua qualidade.

Como a produção de frango era basicamente direcionada para o consumo local, o desafio consistia exatamente em quebrar esse paradigma e fazer com que rumasse para a industrialização. A agroindústria não mediu esforços em montar uma equipe de especialistas em prestar assistência técnica aos produtores integrados, tornando-os aptos às necessidades do mercado. A “ausência de um plano real de assistência ao agricultor por parte dos governos faz com que as entidades de economia privada voltem suas vistas para o importante setor do fomento e defesa da produção agropecuária” (TEIXEIRA, 1994, p. 14). A certeza do abastecimento de matéria prima em quantidade suficiente e em qualidade controlada para atender aos objetivos de crescimento da produção de carnes e seus derivados, foi o que o setor de fomento agropecuário veio garantir.

6.7. PROCESSO FINAL DO FRANGO

Os tradicionais abatedouros, onde todo o processo era feito manualmente, foram substituídos por novos, bem equipados e construídos especificamente para tal atividade. Aí está a transformação da avicultura tradicional para a industrializada.

Várias pequenas e micro-empresas principalmente de São Paulo e de Minas Gerais foram eliminadas devido à morosidade na passagem da avicultura tradicional para a industrializada. Dentre as dificuldades encontradas para a adaptação, destaca-se a rigorosidade quanto às normas de controle higiênico-sanitárias, introduzidas com o crescimento da cultura avícola.

A atividade avicultora deixa de uma vez por todas de se caracterizar como atividade artesanal, quando, por meio da mecanização de todas as fases de abatimento e industrialização dos frangos, as empresas que conseguiram sobreviver, passam a produzir no modelo fordista, incidindo em aumento de volumes e diminuição de custos por unidade.

O modo de funcionamento dos abatedouros industriais, podem ser melhor compreendidos se analisarmos as etapas desde a chegada do frango vivo até seu acondicionamento final, de acordo com DALLA COSTA (1997), "cada um dos grandes abatedouros desenvolveu tecnologia própria para ganhar velocidade e qualidade na produção".

Primeiramente, o frango chega nas indústrias guardado em gaiolas plásticas especialmente adaptadas para evitar acidentes entre as aves. De acordo com o tamanho das aves, lotes de cerca de 10 indivíduos chegam vivos. Logo em seguida são pendurados pelas patas em correias que os conduzirão até o final do processo de abatimento, limpeza e industrialização. A partir de 1978, operários foram treinados para desempenhar um processo chamado de "insensibilização", onde é provocado um desmaio e a ave não sente as dores ao ser abatida. Anteriormente a isso, o abate era feito por meio de sangrias sem nenhum tipo de anestesia.

A próxima etapa é a sangria, onde é desferido um corte na jugular do pescoço. O sangue vaza através de um duto e segue para outro setor da indústria, para ser transformado em farinha de sangue, matéria prima para a posterior produção de ração balanceada para as aves.

A separação das partes acontece imediatamente após o serviço de depenagem. Por meio de novo banho em água quente, as patas são arrancadas e uma máquina retira toda a pele que as envolve.

Nos abatedouros modernos, a etapa de evisceração automática é de suma importância. As vísceras são retiradas por meio do uso de automação industrial, amplamente difundida entre os abatedouros do país a partir dos anos 80. O método consiste em fazer entrar na parte superior do tórax da ave uma alça que corta e retira as vísceras. O processo de evisceração automática tem a vantagem da velocidade.

Um sistema a vácuo retira além do pulmão, todo o sistema respiratório, que também será transformado em farinha de visceral, tendo o mesmo destino da farinha de sangue, ou seja, produção de ração a ser usada na engorda das aves. O coração e a moela, chamados de miúdos de frango, são separados manualmente e vendidos à parte ou colocados dentro do frango inteiro.

No passo seguinte, a linha de acabamento final do produto, onde será embalado em sacos plásticos especiais e receberá o selo de identificação de cada empresa. Na sequência ocorrerá o acondicionamento em caminhões frigoríficos, que transportarão o produto para as filiais comerciais e para os pontos de venda, ou ainda, para os portos, no caso de exportação. Com o aumento pela procura de carne de frango e de embutidos a cada ano, as linhas de produção se estendem para outras etapas. Máquinas especiais desmembram peito, asa, coxa e sobrecoxa das aves. A operação é feita mecanicamente para o mercado interno, já para exportação os cortes são realizados de forma manual.

Em linhas de montagem anexas aos abatedouros que efetivamente se realiza a utilização da carne de frango como matéria prima. Até aqui, na verdade, vimos o processo de desmontagem do frango. Essas linhas de montagem anexas, fabricam vários subprodutos, como as salsichas e os nuggets de frango.

7. A INTEGRAÇÃO AVÍCOLA NO SUDOESTE PARANAENSE

Pudemos constatar que o agronegócio estabeleceu o padrão de dependência da agricultura, chamado de integração. Mesmo de forma indireta, fica delineado que o controle e o gerenciamento da produção não são de responsabilidade do produtor rural. O modelo em questão exige um alto grau de acúmulo de capital (empresa) que detém o controle/gerenciamento da produção agropecuária, em razão até mesmo do próprio desenvolvimento capitalista. Tal afirmativa acaba colocando a agricultura em um caráter industrializado, o qual vem cercado de métodos aptos a medir e incitar a produtividade.

Passa, então, a ser denominado de integração o modelo que diz respeito a uma agricultura industrializada, cujo controle da produção e do fluxo dos recursos lhe foge, somada as indústrias tanto à montante como à jusante, com tendências a alto teor de acúmulo de capital. O controle da produção e da movimentação de capital não estão mais sob a responsabilidade do produtor. Tal fato explica a função imputada à agricultura pelo capital, que é a de ser produtora de matérias primas e dominadora de capital, nos dois casos, valorizando o capital.

Nas agroindústrias, a expressão material da Integração, pode ser encontrada tanto à montante como à jusante da produção agropecuária. A palavra integração revela um sentido positivo, de reunião, de igualdade. Porém, não se pode somar algo que não é igual, pelo menos no ponto de vista formal. Se verificar do ponto de vista do já apresentado agronegócio, a categoria pressupõe certa ambigüidade, de acordo com BELATO (1985), “A Integração significa a junção de duas ou mais partes numa”.

Todavia, a categoria não especifica a natureza desta junção, juntar por que e pra quê? É preciso ter em conta isto. No entanto, a razão da junção traz à tona mais estranheza, na medida em que revela que o Capital desintegrou para integrar. Se considerar a produção camponesa tradicional, que sofreu a intervenção do capital via processo de modernização agrícola, verifica-se que ela era um clássico exemplo de uma agricultura integrada.

[...] A típica unidade familiar da agricultura produz o alimento, o combustível, as instalações e as ferramentas necessárias, a alimentação e mesmo as roupas de que necessita. Apenas um número reduzido de suas necessidades exige o recurso ao Mercado. [...] O significativo, [...], é que esse tipo de agricultura envolve o trabalho da família em todas as operações relativas à produção, ao processamento, à armazenagem e à distribuição das mercadorias ali produzidas. (Davis e Goldberg, 1957 p. 4).

O Capital, ao avançar sobre o espaço agrário via Revolução Verde, acabou desintegrando as funções outrora concentradas na unidade agrária. Promove-se por tal meio uma acentuada divisão do trabalho. A partir desta divisão, cabe à agricultura a função de produzir matéria-prima, mas não segundo a forma que lhe era específica. A partir da transformação ela deve produzir matéria prima segundo os moldes exigidos pelo mercado, o que por sua vez, significa elevar os índices de produtividade. Para tanto, é preciso adotar equipamentos específicos e produzir sob a orientação do capital que lhe compra a matéria-prima.

7.1. O PEQUENO PRODUTOR DO SUDOESTE PARANAENSE: SUA IMPORTANCIA PARA O CAPITAL

A parte inicial do contrato de produção se refere à identificação da empresa integradora e o produtor integrado. O integrado representa o lado que possui as terras onde serão criadas as aves, sendo assim denomina-se como proprietário. Trata-se de uma condição bastante relevante, pois mesmo que no documento contratual haja o termo “posse”, fica assegurada a invariabilidade do fornecimento e garantido o acesso ao crédito bancário. Dessa forma, a propriedade do imóvel rural é pré-requisito básico para a formalização do documento contratual.

Olhando pelo ponto de vista da integradora, a condição de proprietário da terra não é apenas uma facilitadora da conexão com o crédito bancário, mas também traz a certeza de que o integrado e seus familiares se empenharão ao máximo para obter sempre o melhor resultado, a melhor produção. Na maioria das vezes, o integrado recorre ao setor bancário em busca de financiamento para montar ou modernizar seu negócio em cima de sua propriedade. Há ainda a necessidade monetária para aquisição de instalações e equipamentos. No entanto, o investimento nesse negócio é muito específico, não permitindo que as instalações e os equipamentos possam ser reaproveitados para outro tipo de atividade. Dessa forma, o produtor, considerando que as instalações e os equipamentos utilizados na prestação de serviço são de sua propriedade, não mensurará esforços no sentido de impedir que seu investimento se perca. Se o investimento financeiro tenha se realizado por meio de financiamento bancário, a preocupação aumenta significativamente pois muitas vezes a terra é posta como garantia para a obtenção do crédito bancário. Conclui-se que o produtor integrado se coloca numa posição em que é obrigado, por meio do seu trabalho e o de sua família, a retirar o máximo do retorno do seu negócio.

7.2. ACESSO AO CRÉDITO

A ocorrência de alterações na base técnica da produção foram demonstradas na alteração das áreas de lavoura permanentes, no uso de máquinas e equipamentos mecânicos, e também na utilização de fertilizantes químicos. Tal mudança vem indicar a concreta inclusão do capital na agricultura do Sudoeste paranaense, principalmente a partir dos anos 70, sob forma característica e parcial. De acordo com FIGUEIREDO (1992), "o crédito agrícola tem aí o seu papel fundamental".

Para um melhor entendimento, façamos uma curta reflexão sobre o que diz respeito ao crescimento do crédito bancário na região, conforme as suas finalidades, uma vez que ele vem permitir a realidade da injeção do capital no meio rural, quer seja através da utilização de máquinas e equipamentos ou do uso de sementes, fertilizantes, herbicidas, e outros.

A quantidade de estabelecimentos que se tornaram assistidos pelo financiamento rural aumentou significativamente conforme o Censo Agropecuário de 1970 a 2006. Uma vez que prioritariamente o modo pelo qual o produtor do Sudoeste paranaense tem acesso ao crédito rural é através de órgãos de financiamento do governo, a maioria dos financiamentos foi feita por esse meio.

Na tabela a seguir, ganha destaque o aumento de estabelecimentos que nos anos de 1975 e 2006 fizeram uso do financiamento rural. No caso do ano de 1975, provavelmente este aumento tenha surgido devido às tentativas dos estabelecimentos em se adaptarem às novas tecnologias. Em 2006 os pequenos produtores rurais procuraram firmar sua integração à indústria, principalmente a leiteira e a avícola. A necessidade de investir na infraestrutura e na modernização das instalações nunca cessam, levando o produtor a uma busca constante de novos contratos e seus aditivos. Isso ocorre em relação aos dois casos citados, mas especialmente no caso da avicultura integrada.

QUADRO 1 - ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO DE ACORDO COM FINALIDADE (Sudoeste do Paraná).

FINALIDADE	1970	1980	2006
Investimento	1.408	2.255	4.595
Custeio da Produção	2.621	14.287	18.045
Comercialização do Produto	210	177	30
Outros	433	4.127	386
Total	4.672	20.846	23.056

Fonte: IBGE, Elaborado pelo autor segundo dados dos Censos Agropecuários, 1970, 1980, 2006.

Embora tenha havido crescimento da busca por investimento na propriedade rural, por meio do financiamento, ainda mais significativa foi a procura para sua utilização no custeio. Mais de 70% dos estabelecimentos, em 2006, usaram o financiamento rural para esse fim. Tal conduta denota que o produtor rural do Sudoeste paranaense está significativamente dependente do crédito, ou seja, do capital.

De qualquer forma, o crédito rural faz introduzir capital no campo, trazendo sua valorização. O produtor já não consegue boa produção sem o acesso ao crédito. Tornou-se dependente do investimento para custeamento. O crédito rural não só é necessário para a obtenção de insumos da agricultura moderna, no caso dos que trabalham com os produtos do pacote tecnológico, mas também para investimentos para manutenção de integração à indústria. Desta forma, tem-se o cenário geral da atividade agrária no Sudoeste do Paraná.

A região Sudoeste paranaense sofreu uma evolução significativa, que proporcionou condições essenciais à etapa de enraizamento do capital sobre a indústria, verificada pela integração. Embora haja características particulares que a tipifique, está efetivamente influenciada pelo capital, perdendo sua independência de produção, mesmo mantendo as condições de produção sob sua propriedade.

8. A SADIA NO PARANÁ

A Sadia iniciou suas atividades avícolas no estado paranaense com a implantação da unidade industrial da cidade de Toledo. Nela, a empresa buscou diferenciar a atividade, repetindo a experiência posta em prática em Concórdia, no estado de Santa Catarina. Tanto a avicultura quanto a suinocultura eram praticadas no sistema de integração/parceria e acompanhadas de fomento agropecuário, que era incumbido de fornecer matrizes, pintos de um dia, assistência técnica e suporte veterinário.

A empresa obtém matéria prima na quantidade, com qualidade e no momento que se fizer necessário à ampliação da produção, devido aos contratos de parceria firmados com os pequenos agricultores e assistência técnica prestada pelo serviço de fomento agropecuário. Vale destacar que a região Oeste se destaca na produção de milho, soja e outros cereais.

Em se tratando do Sudoeste paranaense, as características são semelhantes, tanto no cultivo de cereais quanto nas pequenas propriedades rurais inicializadas por migrantes gaúchos e catarinenses. O Moinho da Lapa, construído em 1978 no município de Dois Vizinhos, um novo e moderno abatedouro de frangos. A partir de 1981, o abatedouro dois-vizinhense destacou-se como o maior produtor, abatedor e exportador de patos da América Latina, e segundo lugar em produção, abate e exportação de frangos no Paraná. Bem como nas unidades de Concórdia, Chapecó e Toledo, anexo ao abatedouro foi implementada toda infraestrutura para realizar a produção vertical.

Em 1991, a Sadia implementou sua atividade no estado paranaense com a aquisição do complexo avícola de Francisco Beltrão no Sudoeste e de uma antiga rival, a Chapecó Avícola.

É possível assimilar o mérito adquirido pela Sadia na produção avícola no Paraná, levando-se em conta os dados mencionados até aqui. Entretanto, não se pode deixar de lado o modo como a posição de prevalência que a empresa tem no setor citado vem refletir em seu relacionamento com os produtores rurais a ela integrados, que consistem em sua maioria em pequenos produtores os quais utilizam mão de obra familiar. Evidencia-se o papel de gerenciamento que ela desenvolve em toda a cadeia avícola, controlando desde o fornecimento dos pintos de um dia ao produtor integrado até o seu abatimento, processamento e venda. Levando-se em conta a sua condição privilegiada na cadeia, igualmente o importante desenvolvimento da produção de aves no Estado, faz-se necessária a averiguação de como isso incide nos contratos firmados entre ela e os pequenos produtores do Sudoeste paranaense, a quem ela denomina de parceiros. É

importante verificar se a denominação utilizada realmente condiz com o que tais trabalhadores usufruem junto à empresa. Como ele se insere nesta relação e qual o lugar que nela ele ocupa

Pelo histórico da empresa temos condições de entender a sua vinculação ao desenvolvimento do capitalismo no patamar mundial. Evidente ficou que suas atitudes refletem a ideia do Capital, da expansão do mais valor.

O objetivo do Capital e da Empresa não é a Mercadoria e muito menos “alimentar pessoas”. A mercadoria é apenas o instrumento por meio do qual o capital se valoriza. Portanto, a “satisfação das pessoas com alimentos saudáveis”, é importante apenas porque lhe permite avançar em seu processo de valorização, que lhe permite alimentar-se do mais valor que lhe instiga, lhe move, lhe condiciona. Do ponto de vista do discurso, o aspecto do valor de uso da mercadoria assume a mesma importância do aspecto do valor, o que evidentemente não é a lógica que move a produção capitalista e, portanto, a produção da Sadia. É preciso estar claro que sob a ótica capitalista de produção, que é a mesma que condiciona a produção da referida empresa, a produção de mercadorias se dá movida pelo valor de troca. Ou seja, o que importa é o valor excedente que retornará ao capitalista depois de vendida a mercadoria. O que importa é, portanto, a valorização do capital. Sendo assim, na medida em que a empresa avança no processo de valorização, o que implica: na transformação constante do processo de produção e de organização dos diversos setores que compõem a empresa; na atuação sua atuação no mercado financeiro; no estabelecimento de parcerias com outras empresas, inclusive concorrentes; no estabelecimento de relações de trabalho não especificamente capitalistas, como é o caso da integração com os pequenos produtores da região Sudoeste do Paraná. Nesse sentido, os caminhos que em um momento lhes são favoráveis à reprodução ampliada, em outros lhe aparecem como algozes, como foi o caso expresso na crise de 2008, que levou à fusão entre a Sadia e a Perdigão. É esse o resultado contraditório da lógica que move o capital, de forma constante ele se precipita tanto para a ampliação, quanto para o abismo.

8.1. INTEGRAÇÃO VERTICAL E CONTRATO DE PRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SADIA

A integração presume um contrato de fornecimento e são as suas etapas de produção e/ou de distribuição abrangidos neste acordo que a definem como vertical, horizontal ou circular. O estudo aqui apresentado se refere especificamente ao da

avicultura presente na região Sudoeste do Paraná, cuja empresa gerenciadora é a Sadia. A característica dessa cadeia é a relação de integração vertical. O relacionamento firmado entre a empresa e o fornecedor da matéria prima, ou seja, o pequeno produtor rural do Sudoeste Paranaense é o que se encontra na nossa área de interesse. A fim de entender tal relação, necessário se faz considerar o contrato de produção, que é o meio pelo qual ela se firma.

A integração objeto deste estudo aparece concretizada no documento contratual ou no “Contrato para Produção Avícola Integrada (Frangos)” firmado entre a Sadia S/A e os pequenos produtores “integrados” do Sudoeste paranaense.

O tipo de contrato onde a empresa detém a propriedade dos insumos e do produto, bem como fica responsável pela sua comercialização, por um lado atrofia a independência do produtor, mas de outro lado, faz supor que os benefícios aumentam, pela convicção da venda da produção. Entretanto, o produtor tendo a “certeza” da venda do produto, vai buscar garantir o fornecimento regular da matéria prima à empresa. Dessa forma, a empresa integradora mantém-se em situação vantajosa nas duas pontas. O que parece ser vantagem para o pequeno produtor, na verdade o é para a empresa integradora. Destaca-se ainda mais esse privilégio ao lembrar que a produção e/ou manejo é totalmente gerenciado pela empresa, pois ela tem o poder de agir sobre a produtividade e em por conseguinte sobre o custo de produção da matéria prima, bem como atuar sobre o preço de mercado do produto final, tendo em consideração a sua influência no mercado.

A análise do instrumento formal da integração vertical estabelecida entre a Sadia e o pequeno produtor do Sudoeste paranaense, tem como objetivo demonstrar o motivo da existência dessa pequena unidade familiar produtora em relação ao capital e, dessa forma, o trabalho realizado a partir de uma relação social de produção que é específica.

9. PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO

A produção de carne de frango de corte brasileira se destaca como uma das mais importantes do mundo. A oferta de carne de frango brasileira caminha junto com o acréscimo da demanda interna e externa ocasionada pelo aumento da competitividade e produtividade e ao mesmo tempo pela elevação na urbanização e poder aquisitivo da população, além da mudança nas dietas hábitos de alimentação. A cultura avícola do país se encontra em terceiro lugar no ranking da produção mundial. Com uma produção total de 12,6 milhões de toneladas de carne de frango em 2014, o Brasil se posiciona em terceiro lugar, apenas atrás dos Estados Unidos, com uma produção de 17,2 milhões de toneladas e da China, com uma produção de 13 milhões de toneladas. (ABPA, 2015).

O desempenho positivo da produção de frango de corte no Brasil, conforme Garcia (2004), está diretamente ligado ao processo de reorganização industrial (novas formas de estruturação industrial em larga escala), às renovações de tecnologias e às melhorias nas técnicas de manejo, cuidados nutricionais e sanitários das aves, surgidos no país a partir da década de 70 e impulsionados nos anos de 1990. Mais ainda, a colocação que o país ocupa na produção de soja e milho, que são prioritários na composição da ração alimentar dada aos frangos de corte, e também o enraizamento do sistema de produção chamado “parceria avícola” nos principais estados produtores fazem possível que a oferta atenda ao crescimento da demanda e vêm esclarecer o alto desempenho do setor.

O estado do Paraná se destaca como principal estado em abate e processamento no país e como exportador de carne de frango. Tal destaque se deve à sua estrutura industrial avícola de abate e processamento, baseada numa organização cooperativa estabilizada, estando em evidencia as regiões oeste e sudoeste do estado. Desde 2003 o Paraná aparece como o maior produtor de carne de frango do país. Em 2014, sua produção equivalia a 32,26% do total produzido no país.

Partindo de três principais indicadores, percebe-se o crescimento da produtividade na produção avícola de corte: 1) o índice de conversão alimentar - quantidade de ração em quilo necessária para produzir um quilo de frango vivo); 2) o peso e 3) a idade de abate do frango. A Tabela 1 mostra tais indicadores por década, para o período compreendido entre 1960 e 2010. Em 1960, eram necessários 2,25 kg de ração para produção de 1 kg de carne de frango, já em 2010 a quantidade de ração caiu para 1,75 kg para a produção de 1 kg de carne de frango. Como consequência, a idade média de abate foi caindo e ao mesmo tempo o peso médio do frango foi aumentando. Nos anos 1960, a idade média de abate do frango era de 56 dias, caindo para 41 dias em 2010.

Enquanto isso, o peso do frango subiu de 1,60 kg em 1960 para 2,30 kg em 2010. Conclui-se que as novas tecnologias resultaram num aumento da produtividade e, por conseguinte, um decréscimo nos custos de produção e dos preços da carne de frango. Segundo DALLA COSTA (2008), o preço da carne de frango caiu de US\$ 4,05 dólares em 1970 para menos de US\$ 1 dólar em 2010, isto só foi possível devido à queda nos custos de produção (IPARDES; 2002).

TABELA 1 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE CARNE DE FRANGO DE CORTE (1960-2010).

Índice de Produtividade	1960	1970	1980	1990	2000	2010	1960-2010
Conversão alimentar	2,25	2,15	2,05	2,00	1,88	1,75	-22,2%
Peso vivo (Kg)	1,60	1,70	1,80	1,94	2,25	2,30	43,8%
Idade média de abate	56	49	48	47	43	41	-26,8%

FONTE: UBABEF (2011); Elaborado pelo autor.

De acordo com a Tabela 2, verifica-se um aumento da produção mundial de carne de frango em comparação com outras carnes. A produção mundial de carne de frango teve um aumento numa taxa média de 11% a.a. de 1960 a 2010, ao mesmo tempo que a produção mundial de outras carnes cresceu apenas a uma taxa média de 4% a.a. Tal crescimento proporcionou uma elevação da participação da produção de frango no total de carnes de 4% em 1960 para 32% em 2010, vindo a ocupar o espaço da carne bovina que teve sua participação diminuída de 52% em 1960 para 24% em 2010. A carne suína se manteve como principal carne do mundo, tendo nesse mesmo período sua participação praticamente constante.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNES DE 1960 A 2010 (mil ton.).

Produção	1960	%	1980	%	1990	%	2000	%	2010	%
Peru	520	1	2.090	2	3.578	2	4.842	2	5.212	2
Frango	1.966	4	16.116	15	27.712	19	54.220	28	78.335	32
Bovina	23.599	52	42.921	39	50.466	34	53.037	27	57.567	24
Suína	19.354	43	49.422	45	65.160	44	84.944	43	103.188	42
Total	45.439	100	110.549	100	146.916	100	197.043	100	244.302	100

FONTE: USDA (2013); Elaborado pelo autor.

A Tabela 3 mostra os principais países produtores de carne de frango do mundo em 1964, os 10 principais produtores juntos eram responsáveis por 91,7% da produção mundial de carne de frango e os 3 maiores 71,5%. Em 2010, os 10 maiores produziam 80,4% da produção mundial e os 3 maiores produziam 52,9%. Ao longo desse período os Estados Unidos se posicionaram em primeiro lugar na produção de carne de frango do mundo. Entretanto, sua participação foi, ao longo do tempo, caindo progressivamente de 55,5% em 1964 para somente 21,1% em 2010. Em contrapartida, a participação na produção mundial de carne de frango da China e do Brasil, nesse mesmo período, aumentou, tornando-se respectivamente o segundo e o terceiro maiores produtores. O Brasil aumentou sua participação de 1,8% em 1964 para 15,7% em 2010.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO DOS 10 MAIORES PAÍSES PRODUTORES DE 1964 A 2010 (mil ton.).

Países	1964	%	Países	1980	%	Países	1990	%	Países	2000	%	Países	2010	%
EUA	2.469	55,5	EUA	5.150	32,0	EUA	8.360	30,2	EUA	13.703	25,3	EUA	16.563	21,1
França	360	8,1	Brasil	1.250	7,8	China	2.427	8,8	China	9.269	17,1	China	12.550	16,0
Italia	350	7,9	Japão	1.022	6,3	Brasil	2.356	8,5	EU	7.970	14,7	Brasil	12.312	15,7
UK	245	5,5	URSS	950	5,9	Japão	1.332	4,8	Brasil	5.980	11,0	EU	9.202	11,7
Canadá	185	4,2	Espanha	692	4,3	França	959	3,5	México	1.936	3,6	México	2.822	3,6
Espanha	158	3,6	França	687	4,3	México	945	3,4	Japão	1.091	2,0	Índia	2.650	3,4
Holanda	92	2,1	Italia	571	3,5	Russia	810	2,9	Índia	1.080	2,0	Russia	2.310	2,9
Brasil	78	1,8	UK	555	3,4	UK	798	2,9	Tailândia	1.070	2,0	Argentina	1.680	2,1
Japão	74	1,7	México	399	2,5	Espanha	766	2,8	África do Sul	880	1,6	Indonésia	1.465	1,9
Bel-lux	68	1,5	Canadá	390	2,4	Italia	632	2,3	Canadá	877	1,6	Turquia	1.420	1,8
Outros	369	8,3	Outros	4.450	27,6	Outros	8.327	30,0	Outros	10.364	19,1	Outros	15.361	19,6
Total	4.488	100,0	Total	16.116	100,0	Total	27.712	100,0	Total	54.220	100,0	Total	78.335	100,0
Os 10+	4.079	91,7	Os 10+	11.666	72,4	Os 10+	19.385	70,0	Os 10+	43.856	80,9	Os 10+	62.974	80,4
Os 3+	3.179	71,5	Os 3+	7.422	46,1	Os 3+	13.143	47,4	Os 3+	30.942	57,1	Os 3+	41.425	52,9

FONTE: USDA (2013); Elaborado pelo autor.

Com relação ao consumo de carne de frango dos principais países consumidores (Tabela 4), pode-se observar que: em 1964 os 10 principais países consumidores consumiam juntos 93% de toda a carne de frango produzida e os 3 maiores consumiam 70%. Com o passar dos anos esta concentração foi caindo, mas depois de 1990 voltou a se concentrar. Em 2010 os 10 maiores consumidores consumiam 75% do consumo mundial e os 3 maiores consumiam 45%. Os Estados Unidos foram ao longo desse período o maior consumidor de carne de frango, embora sua participação no consumo mundial tenha caído ao longo desse período de 55% em 1964 para apenas 17% em 2010. Ao contrário, nesse período, países como a China e Brasil aumentaram sua participação no consumo mundial alcançando, respectivamente, o segundo e o terceiro lugar no consumo mundial. O Brasil, por exemplo, aumentou sua participação de 2% em 1964 para 12% em 2010.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE CARNE DE FRANGO DOS 10 MAIORES PAÍSES CONSUMIDORES MUNDIAIS DE 1964 A 2010 (mil ton.).

Países	1964	%	Países	1980	%	Países	1990	%	Países	2000	%	Países	2010	%
EUA	2.422	55	EUA	4.897	31	EUA	7.749	28	EUA	11.477	21	EUA	13.472	17
Itália	351	8	Japão	1.090	7	China	2.406	9	China	9.393	17	China	12.457	16
França	342	8	Brasil	1.081	7	Brasil	2.056	8	EU	7.422	14	Brasil	9.041	12
UK	255	6	URSS	1.060	7	Japão	1.637	6	Brasil	5.110	10	EU	8.955	12
Canadá	186	4	Espanha	702	4	Rússia	1.117	4	México	2.153	4	México	3.364	4
Alemanha Oc.	178	4	Itália	578	4	México	979	4	Japão	1.772	3	Rússia	2.957	4
Espanha	158	4	UK	560	4	UK	876	3	Rússia	1.355	3	Índia	2.648	3
Japão	80	2	França	474	3	Espanha	817	3	Índia	1.082	2	Japão	2.080	3
Brasil	78	2	Canadá	414	3	Itália	650	2	África do Sul	944	2	África do Sul	1.524	2
Argentina	66	1	México	411	3	França	644	2	Argentina	901	2	Argentina	1.475	2
Outros	318	7	Outros	4.463	28	Outros	8.392	31	Outros	12.131	23	Outros	19.253	25
Total	4.434	100	Total	15.730	100	Total	27.323	100	Total	53.740	100	Total	77.226	100
Os 10+	4.116	93	Os 10+	11.267	72	Os 10+	18.931	69	Os 10+	41.609	77	Os 10+	57.973	75
Os 3+	3.115	70	Os 3+	7.068	45	Os 3+	12.211	45	Os 3+	28.292	53	Os 3+	34.970	45

FONTE: USDA (2013); Elaborado pelo autor.

Assim como a produção e o consumo, as exportações de carne de frango são também bastante concentradas, o que mostra na tabela 5. No início da década de 1960 apenas 5 países eram responsáveis pela exportação de toda a carne de frango do mundo e os 3 primeiros eram responsáveis por 84% de toda a exportação. Com o passar dos anos esta concentração foi caindo, mas depois de 1990 voltou a se concentrar. Em 2010, os 10 maiores exportadores eram responsáveis por 98% e os 3 maiores exportadores eram responsáveis por 82% das exportações mundiais. Os Estados Unidos assumem a liderança nas exportações de carne de frango a partir da década de 1970 e mantém esta posição até a década de 2000. Em 2010 os americanos perderam a liderança nas exportações para o Brasil que passa a deter 37% do mercado exportador.

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE FRANGO DOS 10 MAIORES PAÍSES EXPORTADORES DE 1964 A 2010 (mil ton.).

Países	1964	%	Países	1980	%	Países	1990	%	Países	2000	%	Países	2010	%
Holanda	56	30	EUA	257	22	EUA	518	23	EUA	2.231	47	Brasil	3.272	37
EUA	50	27	França	220	19	França	358	16	Brasil	870	18	EUA	3.067	35
Dinamarca	50	27	Holanda	216	19	Brasil	300	13	EU	718	15	EU	934	11
França	17	9	Brasil	169	15	Holanda	286	13	China	464	10	Tailândia	432	5
Bélgica	12	6	Hungria	90	8	Tailândia	139	6	Tailândia	310	7	China	379	4
			Dinamarca	48	4	Hungria	95	4	Canadá	64	1	Argentina	214	2
			Alemanha Oc.	36	3	China	86	4	A. Saudita	16	0	Canadá	147	2
			África do Sul	29	3	Hong-Kong	72	3	Austrália	15	0	Turquia	110	1
			Tailândia	23	2	Dinamarca	70	3	Chile	14	0	Chile	79	1
			Romênia	21	2	Bélgica	48	2	Argentina	11	0	Bielorússia	38	0
Outros	0	0	Outros	48	4	Outros	305	13	Outros	41	1	Outros	205	2
Total	185	100	Total	1.157	100	Total	2.277	100	Total	4.754	100	Total	8.877	100
Os 10+	185	100	Os 10+	1.109	96	Os 10+	1.972	87	Os 10+	4.713	99	Os 10+	8.672	98
Os 3+	156	84	Os 3+	693	60	Os 3+	1.176	52	Os 3+	3.819	80	Os 3+	7.273	82

FONTE: USDA (2013); Elaborado pelo autor.

9.1. CENÁRIO NACIONAL DO SEGMENTO DE FRANGO DE CORTE

O Brasil tem posição de grande destaque no panorama mundial de carne de frango, ocupando o terceiro lugar como produtor, terceiro lugar como consumidor e primeiro na exportação dessa significativa fonte de proteína animal. A inserção de tecnologia da cultura avícola do país fez com que a atividade alcançasse colocação privilegiada em relação aos outros tipos de carne, bem como possibilitou ao país atingir níveis elevados de produtividade, na comparação com os principais países do mundo. Portanto, a avicultura nacional passou de uma atividade de subsistência desprovida de tecnologia, para formar um autêntico conjunto agroindustrial estruturado harmonicamente pelos segmentos da cadeia de produção. Tal fato possibilitou que o Brasil alcançasse significativas taxas de crescimento da produção e exportação, produzindo 12,3 milhões de toneladas e exportando 3,2 milhões de toneladas em 2010.

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE FRANGO DE 1964 A 2010 (mil ton.).

Carne de Frango	1964	1970	1980	1990	2000	2010
Produção	78	217	1.250	2.356	5.980	12.312
Consumo	78	217	1.081	2.056	5.110	9.041
Exportação	-	-	169	300	870	3.272
Disponibilidade Interna	78	217	1.081	2.056	5.110	9.041
Consumo/produção	100	100	86	87	85	73
Exportação/produção	-	-	14	13	15	27

FONTE: USDA (2013); Elaborado pelo autor.

No Brasil, a região Sul é a principal produtora de carne de frango (ESPÍNDOLA; 2002). Em 2000, esta região produziu quase 65% de toda a produção nacional. Com o avanço de outras regiões do país, como por exemplo, a região Centro-Oeste, houve uma ligeira queda na participação da produção de carne de frango da região Sul, mas esta continua sendo a principal região produtora do país (Tabela 7).

TABELA 7 - DESEMPENHO DAS REGIÕES NA PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO EM 2000 E 2010 (mil cabeças).

Região	2000	%	2010	%
Sul	1.697.674	64,4	2.968.549	59,5
Sudeste	656.866	24,9	1.119.379	22,4
Centro-Oeste	220.450	8,4	699.861	14,0
Nordeste	50.893	1,9	143.663	2,9
Norte	11.075	0,4	56.866	1,1
Brasil	2.636.958	100	4.988.320	100

FONTE: IBGE (2013); Elaborado pelo autor.

Em relação aos estados, o Paraná se tornou o maior produtor de frango do Brasil, responsável em 2010 por quase 28% de toda a produção do país. Todavia, outros estados, notadamente os do Centro-Oeste do país, região de expansão da fronteira agrícola brasileira, vêm aumentando sua participação na produção nacional (Tabela 8).

TABELA 8 - DESEMPENHO DOS ESTADOS NA PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO EM 2000 E 2010 (mil cabeças).

Estados	2000	%	2010	%
Paraná	585.971	22,2	1.385.256	27,8
Santa Catarina	606.475	23,0	927.328	18,6
Rio Grande do Sul	505.283	19,2	809.604	16,2
São Paulo	419.499	15,9	697.367	13,9
Minas Gerais	192.953	7,3	357.662	7,2
Goiás	50.343	1,9	281.341	5,6
Mato Grosso	11.978	0,5	194.544	3,9
Mato Grosso do Sul	98.816	3,7	148.153	2,9
Outros	165.640	6,3	187.062	3,7
Brasil	2.636.958	100,0	4.988.320	100,0

FONTE: IBGE (2013); Elaborado pelo autor.

Em relação a exportação de carne de frango, os estados que mais se destacam são os três da região sul pela ordem: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul (Tabela 9). Juntos os três estados foram responsáveis por 93,76% das exportações brasileiras em 2000 e por 74,28% em 2010. O modelo de produção integrado, o tamanho do mercado, inovações na produção, abate e processamento e estrutura portuária, ajudam a explicar este desempenho regional.

TABELA 9 - DESEMPENHO DOS ESTADOS EXPORTADORES DE CARNE DE FRANGO EM 2000 E 2010 (ton.).

Estados	2000	%	2010	%
Santa Catarina	393.111	43,35	1.020.346	26,71
Paraná	250.173	27,59	1.000.531	26,19
Rio Grande do Sul	206.908	22,82	800.053	20,95
São Paulo	22.671	2,50	266.883	6,99
Goiás	0	0	197.697	5,18
Mato Grosso	3.713	0,41	172.099	4,51
Minas Gerais	12.486	1,38	164.919	4,32
Mato Grosso do Sul	17.309	1,91	131.230	3,44
Outros	375	0,04	8.656	0,23
Brasil	906.746	100,0	3.819.710	100,0

FONTE: UBABEF (2001 e 2011); Elaborado pelo autor.

Em relação ao abate de frango, as regiões Oeste, Norte Central e Sudoeste do Paraná são as mais importantes não só do estado, mas também da Região Sul e do Brasil (BELUSSO & HESPANHOL; 2010 e 2014). A importância da indústria avicultura nestas regiões pode ser verificada pelo significativo aumento do efetivo de rebanho (frangos e pintos), conforme apresentado na Tabela 10. Pode-se observar que a avicultura da região Oeste do Paraná se destaca tanto no cenário nacional quanto nos cenários regional e estadual, seguido e juntamente com a região Norte Central e Sudoeste. A região Sudoeste (foco da discussão) passou, no cenário nacional, de 3,5% em 2000 para 4% em 2010, já no cenário regional passou de 7,1% em 2000 para 7,8% em 2010 e, finalmente, no cenário estadual passou de 18,9 em 2000 para 16,9% em 2010. Perda desta última que pode ser explicada pelo crescimento da região Norte central.

TABELA 10 - EFETIVO DE FRANGOS E PINTOS NO PARANÁ EM 2000 E 2010.

	2000				2010			
Regiões do Paraná	n absoluto	% do Brasil	% do Sul	% do Paraná	n absoluto	% do Brasil	% do Sul	% do Paraná
Oeste	35.172.075	5,3	10,8	28,5	71.903.497	7,0	13,6	29,7
Norte Central	10.950.279	1,7	3,4	8,9	42.671.653	4,2	8,1	17,6
Sudoeste	23.352.273	3,5	7,1	18,9	40.899.813	4,0	7,8	16,9
Noroeste	8.221.245	1,2	2,5	6,7	28.776.276	2,8	5,5	11,9
Norte Pioneiro	4.264.791	0,6	1,3	3,5	15.590.259	1,5	3,0	6,4
Centro Oriental	7.389.459	1,1	2,3	6,0	15.415.752	1,5	2,9	6,4
Metrop. Curitiba	28.374.386	4,3	8,7	23,0	12.224.532	1,2	2,3	5,0
Centro Ocidental	641.062	0,1	0,2	0,5	10.047.712	1,0	1,9	4,2
Sudeste	2.053.010	0,3	0,6	1,7	2.398.149	0,2	0,5	1,0
Centro-Sul	2.874.828	0,4	0,9	2,3	2.149.162	0,2	0,4	0,9
Paraná	123.293.408	18,7	37,7	100,0	242.076.805	23,5	45,9	100,0

FONTE: IBGE (2013); Elaborado pelo autor.

9.2. A INDÚSTRIA DE ABATE E PROCESSAMENTO DE FRANGOS DE CORTE.

Para RIZZI, (1993, p. 69), “o desenvolvimento da indústria de frangos na região sul está intimamente vinculado à expansão das culturas de soja e milho” insumos básicos na composição das rações para as aves. O padrão de indústria de abate de frangos instituída no sul do país, onde a indústria mantém um “contrato de parceria” com o produtor se equivale ao dos Estados Unidos e ao de grande parte de outros países produtores. Este sistema, que surge no sul do país com base na experiência das empresas lá estabelecidas no segmento de suínos, é o grande fator de difusão de tecnologia para o setor, estando diretamente relacionado ao crescimento da produção e da produtividade de frango no Brasil e no mundo (BORTOLIN, 2002).

Quanto às empresas de abate e processamento de carne de frango no Brasil, nota-se que o segmento é composto por empresas privadas nacionais e estrangeiras e também por cooperativas. Entre as que se destacam podemos mencionar BR Foods, Marfrig, JBS (que incorporou a Seara e a Pilgrim's, tornando-se em 2013 uma das maiores empresas de produção de carne de frango do mundo), Big Frango, Diplomata e

Globoaves, assim como as cooperativas: Aurora, Copacol, C. Vale e Coopavel. E as estrangeiras: a francesa Doux e a americana Tyson. Seguida pela Perdigão, a Sadia, nos anos 2000 estava em primeiro lugar no ranking das maiores produtoras de carne de frango. Em 2010, a Perdigão incorporou a Sadia originando a BR Foods, que acabou se tornando a maior empresa de produção de carne do Brasil com 32,3% do mercado. De 2000 a 2010 as fusões ou incorporações fizeram com que o mercado de carne de frango se tornasse mais condensado e ágil, uma vez que a primeira colocada em 2000 detinha somente 11,8% do mercado enquanto a primeira colocada em 2010 deteve 32,3%. Conclui-se que aconteceu uma concentração de mercado, pois a parcela de outras empresas decresceu de 64% em 2000 para 33,1% em 2010 (Quadro 2).

QUADRO 2 - EMPRESAS PRODUTORAS DE FRANGO NO BRASIL EM 2000 E 2010 (milhões de cabeças).

Empresas	2000	%	Empresas	2010	%
Sadia	382	11,8	BR Foods	1.612	32,3
Perdigão	291	9,0	Marfrig/Seara	655	13,1
Frangosul	197	6,1	Doux Frangosul	244	4,9
Seara	178	5,5	Diplomata	139	2,8
Avipal	137	4,2	Aurora	100	2,0
Penabranca	109	3,4	Big Frango	112	2,2
Dagranja	94	2,9	Copacol	88	1,8
Chapecó	87	2,7	Céu Azul	99	2,0
Aurora	74	2,3	Globoaves	77	1,5
Sertaneja	49	1,5	C. Vale Rio Branco	79	1,6
Copacol	39	1,2	PifPaf	50	1,0
Rezende	38	1,2	Coopavel	46	0,9
PifPaf	35	1,1	Tyson Brasil	35	0,7
Outros	2.077	64,0	Outros	1.652	33,1
Brasil	3.244	100,0	Brasil	4.988	100,0

FONTE: UBABEF (2001 e 2011); Elaborado pelo autor.

Em 2000 existiam 243 estabelecimentos de abate de frangos no Brasil. Este número quase duplicou em 10 anos, alcançando 436 estabelecimentos de abate de frangos em 2010 (Quadro 3). Em 2000, 53% dos estabelecimentos tinham Sistema de

Inspeção Federal (SIF) e apenas 10% dos estabelecimentos tinham Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Já em 2010, a situação se inverteu 42% dos estabelecimentos tinham SIM enquanto apenas 36% dos estabelecimentos tinham SIF. Em 2000, a região sudeste tinha o maior número de estabelecimentos de abate de frangos, seguida pela região sul e nordeste. A maioria desses estabelecimentos tinha o SIF. Já em 2010, a região nordeste tinha o maior número de estabelecimentos, seguida pelas regiões sul e sudeste. Ao contrário, do que no ano de 2000, a maioria dos estabelecimentos tinha o SIM. Pode-se concluir, portanto, que houve um aumento do número de pequenos estabelecimentos.

QUADRO 3 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE ABATEM FRANGO POR REGIÃO EM 2000 E 2010.

	2000				2000			
Região	SIM (%)	SIE (%)	SIF (%)	Total	SIM (%)	SIE (%)	SIF (%)	Total
Sudeste	7	42	51	108	10	41	49	106
Sul	10	31	59	90	13	25	62	119
Nordeste	33	42	25	24	87	9	4	178
Centro-Oeste	0	39	61	18	0	28	72	25
Norte	0	33	67	3	25	25	50	8
Brasil	10	37	53	243	42	22	36	436

FONTE: IBGE (2013); Elaborado pelo autor.

QUADRO 4 - NÚMERO DE ABATEDOUROS E PRODUÇÃO POR MESORREGIÃO DO PARANÁ EM 2013.

Mesorregião	Número de abatedouros	Produção de frango (milhões de cabeças)	Percentual
Noroeste	5	125	9
Norte Central	10	292	20
Norte Pioneiro	2	88	6
Oeste	7	476	33
Centro Ocidental	2	46	2
Centro Oriental	1	73	5
Sudoeste	5	315	22
Centro Sul	0	0	0
Sudeste	0	0	0
Metropolitana de Curitiba	2	45	3
Total	34	1.463	100

FONTE: SINDIAVIPAR (2014); Elaborado pelo autor.

Com relação a distribuição dos abatedouros por regiões, pode-se ver no Quadro 4, que os 7 grandes abatedouros da região Oeste abatem cerca de 476 milhões de frango, enquanto os 5 grandes abatedouros da região Sudoeste abatem cerca de 315 milhões de frango e os 10 grandes abatedouros da região Norte Central abatem cerca de 292 milhões de frango, o que destaca a importância das mesorregiões do Paraná no setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se resgatou as categorias em que Marx possibilita qualificar o trabalho e, dessa forma, o trabalhador produtivo, e as comparou com a circunstância do pequeno produtor integrado, constata-se a incerteza de qualificar esse pequeno produtor integrado à cultura avícola do Sudoeste do Paraná como “produtivo” sob a visão da relação de trabalho notadamente capitalista. De acordo com tal ponto de vista, esse produtor não é um trabalhador produtivo. Isso ocorre porque não há entre ele e a agroindústria uma relação formal de assalariamento, quer dizer, não há subsunção formal, mesmo que a relação de integração onde ele está enquadrado possibilita ao capitalista imaginar nele uma subsunção ideal que, por sua vez, permite a ele até mesmo visualizar o benefício em se tratando de criação de sobressalente que esse produtor lhe fornece, comparando-se ao trabalhador assalariado.

Por outro lado, deve-se salientar que o produtor integrado conserva de modo parcial as condições de produção, visto que além de possuir a força de trabalho, ele detém, ao menos formalmente, a propriedade do capital fixo indispensável ao desenvolvimento da atividade. Quer dizer, ele possui a terra, as instalações nas quais produz o serviço/desenvolvimento, a matéria-prima (a engorda do pinto de um dia), que por sua vez recebe da empresa, assim como a ração e o medicamento necessário à boa evolução da matéria-prima. Dessa forma, eis algumas observações: 1) ele não tem a propriedade da matéria-prima. O pinto de um dia não é para ele uma mercadoria que ao fim de um certo prazo ele vende para a agroindústria, pois na verdade ela já é propriedade de mesma; 2) a prestação de serviço é o que ele vende, ou seja, ele não vende força de trabalho, e sim a prestação de um serviço que, por sua vez significa a “engorda” do pinto de um dia. A engorda traduz, por sua vez, o acúmulo de valor à matéria-prima sobre a qual o integrado aplica trabalho. Entretanto, como o que o capitalista compra não é força de trabalho, para ele não importa a quantidade de mão de obra envolvida na avicultura, e sim o resultado materializado no peso do frango, quando ocorre o encerramento do lote; 3) o efeito financeiro do lote é instigado pelos padrões dentro dos quais a empresa adapta a produção, sempre alegados como demanda do mercado.

É neste cenário de gerenciamento e supervisão integral da avicultura elaborada pelo produtor integrado que o fundamento produtivista que norteia a empresa capitalista foi, portanto, deslocada para a atividade desenvolvida pelo integrado.

Finalmente, o fato de que não tenha especificado na relação de integração que aqui foi apresentado, a subsunção formal do trabalho ao capital, defronta-se com os fundamentos que envolvem e aumentam a subsunção real do trabalho ao capital, na proporção que: 1) o trabalho realizado pelo produtor foi totalmente alterado e segue sendo coordenado, modificado e controlado pela empresa sob o ponto de vista da produtividade do trabalho; 2) a empresa monitora o trabalho sem a detenção do capital fixo imobilizado no aviário; 3) a empresa incide na definição do investimento fixo realizado pelo produtor integrado, quer seja quando ele começa como um integrado, quer seja, mais tarde, no momento em que ela exige a modernização do aviário. Os dois últimos pontos denotam um agravamento na subsunção real do trabalho ao capital, mesmo que ela aconteça externamente a uma relação de trabalho notadamente capitalista.

Entretanto no que se diz respeito a capacidade produtiva do setor avícola, tem que considerar que as mudanças ocorridas transformaram brutalmente o setor ao mesmo tempo que deram posição de destaque a região sudoeste junto ao cenário estadual, nacional e pode-se dizer que até mesmo mundial, pois a região contribuiu muito para o Brasil alcançar posição de destaque.

O Setor de carne de frangos de corte no Brasil cresceu e estabilizou-se baseado em uma tecnologia moderna e avançada. Os progressos nas áreas de genética, nutrição, manejo e condições sanitárias e o advento de equipamentos modernos, fizeram com que a avicultura se transformasse numa das atividades mais aperfeiçoadas e ágeis da economia brasileira e global. O segmento de carne de frango brasileira se destaca a nível mundial graças ao elevado grau de competitividade e produtividade. Em se tratando da avicultura brasileira, a região Sul do Brasil se destaca como a região de produção mais tradicional e com melhor desempenho. O grande destaque na região Sul é o Estado do Paraná, que retrata notável desempenho no que diz respeito à produção e também à exportação de frango de corte. No Paraná, a carne de frango é o segundo item em exportação. No estado o desempenho da mesorregião Sudoeste tem se destacado junto a outras devido às suas cooperativas de produção e industrialização de aves. Os investimentos e transformações realizadas na região, fizeram com que se transformasse em uma das principais regiões de produção de carne de frango do mundo. As novidades

da tecnologia aliadas às vantagens competitivas possibilitaram que a região chegasse ao podium da produção e exportação nacionais.

REFERENCIAS

- ABPA. Associação Brasileira Proteína Animal. Mercado Mundial. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/mercado-mundial>. Acesso em novembro de 2017.
- ARASHIRO, O. A história da Avicultura do Brasil, Gessulli. São Paulo, Gessulli Editores, 1989.
- BELATO, D. Os Camponeses Integrados. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em História, UNICAMP, Campinas, 1985.
- BELUSSO, D. & HESPANHOL, A. N. A territorialização das cooperativas avícolas no Oeste do Paraná. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/70.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.
- BORGES, G. D.; ORTIZ, S.; NUNES, S. P. A Relação de Integração na Avicultura no Sudoeste do Paraná Diante da Reestruturação do Setor e das Inovações Tecnológicas. Dois Vizinhos, UTFPR, 2009.
- BORTOLIN, S. E. Estimação de equação de oferta de exportação de frango para o Brasil (1991/2000). Piracicaba/SP. (Dissertação Mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. 2002
- COSTA, S. (coord.); FERREIRA, M. The saga of the Brazilian poultry: how Brazil has become the World's largest exporter of chicken meat. A saga da avicultura brasileira: como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de frango. Rio de Janeiro: Insight; São Paulo: UBABEF, 2011. p. 8.
- DALLA COSTA, A. J. Agroindústria brasileira contemporânea: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura. 1997. 352 f. Tese (Doutorado – Autos Estudos em América Latina) – IHEAL, Université De La Sorbonne Nouvelle, Paris III. 1997.
- DALLA COSTA, A.; SHIMA, W. T. Economia e Tecnologia. Curitiba, UFPR, 2007.
- DALLA COSTA, A. J. Contratos, novas tecnologias e produtividade do trabalho entre os avicultores do Sul do Brasil. Revista Brasileira de Inovação. Rio de Janeiro, 7920, p.313- 340, jul/dez, 2008.
- DAVIS, J. H; GOLDBERG, R. A. A Concepto of Agribusiness. Boston, Harvard University, Graduate School of Business Administration, 1957.
- ESPÍNDOLA, C. J. As agroindústrias de carnes do Sul do Brasil. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- FIGUEIREDO, A. H. de. Crédito rural e mudança tecnológica no oeste do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 54, abr./jun. 1992, pp. 83-117.
- GARCIA, L. A. F. Economias de escala na produção de frangos de corte no Brasil. (Tese de Doutorado) Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz. Piracicaba. 2004
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 5 de junho de 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico do Paraná e Rio Grande do Sul de 1920, 1940, 1960, 1980, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 5 de junho de 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Bancos de dados agregados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=4&z=t&o=24&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1>. Acesso em: 07 de junho de 2017.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Subdivisão, Posse e Uso da terra no Paraná. Curitiba, Iparades, 1976. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/sistemas/publicacoes/conteudo.php?ano=1976>. Acesso em: 07 de junho de 2017.

- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Análise da Competitividade da Cadeia Agroindustrial de Carne de Frango no Estado do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2002.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Notícias. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_relacoes_exportacao_prod_agrop.pdf. Acesso em 14 de agosto de 2017.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=25. Acesso em 29 de novembro de 2017.
- MARTINS, J. A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Pioneira, 1973, p. 09-203.
- MARX. K. O Capital: crítica da economia política. 1985, p. 222, L.I, VOL.I
- MARX. K. Capítulo Inédito de O Capital, 1978, p. 51, L.I, VOL.I
- MEDEIROS, N. H.; OSTROKI, D. A. Competitividade e Concentração de Mercado: Uma Análise da Avicultura nas Messoregiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Toledo, 2006.
- MOREIRA, V. J. Trabalhadores da Avicultura: Capitalismo e Produção Agropecuária no Oeste do Paraná, 1970 - 2013. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014.
- RIBEIRO, I. O.; CESAR, P. B.; BESNOSIK, R. I. Modernização e diferenciação social na agricultura brasileira: um estudo no Extremo-Oeste do Paraná. Relatório Final Extremo-Oeste Paranaense. Projeto de evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- RIZZI, A. T. O Capital Industrial e a Subordinação da Pequena Produção Agrícola: O Complexo Avícola no Sudoeste Paranaense. Curitiba, 1984.
- RIZZI, A. Mudanças tecnológicas e Restruturação da Agroindústria Agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil, tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 1993, 193p.
- SANTOS, R. A. O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste Paranaense. São Paulo, 2008. Tese (doutorado em geografia) – UNESP, Presidente Prudente.
- SILVA, R. N. B. Trabalho integrado e reprodução do capital: um estudo de caso no Sudoeste do Paraná. 2011. 414 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2011.
- SINDIAVIPAR – Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.sindiaVIPAR.com.br>. Acesso em: 05 de junho de 2017.
- SORJ, B. Camponeses e Agroindústria; transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- TEIXEIRA, F. M. P. et. TOTINI, M. História Econômica e Administrativa do Brasil. São Paulo, Ática, 1994.
- UBABEF – União Brasileira da Avicultura. Relatório Anual de 2001. Disponível em: <http://www.ubabef.com.br/publicacoes>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.
- UBABEF – União Brasileira da Avicultura. Relatório Anual de 2011. Disponível em: <http://www.ubabef.com.br/publicacoes>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.
- USDA. Foreign Agricultural Service. Disponível em: <http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdQuery.aspx>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.
- VEIGA, L. A.; ALIEVI, A. A. Expansão da Produção de Aves no Paraná e a Subordinação de Pequenos Proprietários de Terras as Agroindústrias Avícolas. Boa Vista: ACTA Geográfica, v.6, n.11, jan./abr. de 2012. pp.83-95.
- VOILÁ, M.; TRICHES, D. A Cadeia de Carne de Frango: Uma Análise dos Mercados Brasileiro e Mundial de 2002 a 2010. IPES Texto para Discussão. Publicação do Instituto de Pesquisas Econômica e Sociais. Universidade de Caxias do Sul. Janeiro, 2013.

WACHOWICZ, R. C. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba, Vicentina. 1987.

<http://rabodelagarto.no.comunidades.net/sudoeste-do-parana>